



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

BIBLIOTECA
DO
SENADO FEDERAL

Seção II

ANO XXVI - N.º 9

QUINTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 1971

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

ATA DA 8.ª SESSÃO EM 14 DE ABRIL DE 1971

1.º Sessão Legislativa Ordinária
da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO
PORTELLA, CARLOS LINDBERG
E RUY CARNEIRO

As 14 horas e 30 minutos, acham-se
presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Brito — José Lindoso — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Millet — José Sarney — Fausto Castello-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Dinarte Mariz — Duarte Filho — Domicio Gondim — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Luiz Cavalcanti — Leandro Maciel — Lourival Batista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Benedito Ferreira — Fernando Corrêa — Accioly Filho — Matos Leão — Ney Braga — Antônio Carlos — Daniel Krieger — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

O Sr. 1.º-Secretário procederá à leitura do expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, NOS SEGUINTES TÉRMINOS:

MENSAGEM

N.º 47, DE 1971

(N.º 50, de 1971, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o disposto no art. 42 (item III), da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a nomeação, que desejo fazer, do Diplomata Paulo Leão de Moura para exercer a função de Embaixador junto ao Governo do Japão, nos termos dos arts. 22 e 23 da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961.

Os méritos do Embaixador Paulo Leão de Moura, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de abril de 1971. —
Emílio G. Médici.

Em 7 de abril de 1971.

G/DP/DAO/C/113/312.4

A Sua Excelência o Senhor

General-de-Exército

Emílio Garrastazu Médici,

Presidente da República.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à assinatura de Vossa Excelência o anexo

projeto de Mensagem, destinada à indicação do Senhor Paulo Leão de Moura, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores (Parte Permanente), para o exercício da função de Embaixador junto ao Governo do Japão, conforme preceituam os arts. 22 e 23 da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961.

2. Parece-me dispensável realçar os méritos pessoais do Embaixador Paulo Leão de Moura, cuja fórmula de serviço bem o recomenda para as altas funções que o Governo de Vossa Exceléncia pretende confiar-lhe.

3. O Itamarati elaborou o *Curriculum Vitae* do Embaixador Paulo Leão de Moura, o qual, juntamente com a Mensagem ora submetida à assinatura de Vossa Exceléncia, será apresentado ao Senado Federal para exame e decisão de seus ilustres Membros.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Exceléncia, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — Mário Gibson Barboza.

“CURRICULUM VITAE”
DO EMBAIXADOR
PAULO LEÃO DE MOURA

Nascido no Rio de Janeiro, Guanabara, em 2 de outubro de 1909. Casado com a Senhora Henriette Bruyn Leão de Moura, de nacionalidade brasileira. Doutor em Medicina, pela Universida-

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAUJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEÔMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00
Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00
Ano Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

de do Brasil, 1932. Professor de Civilização Brasileira, na "Boston University".

Cônsul de Terceira Classe, por concurso, 1939.

Oficial do Registro da Ordem do Cruzeiro do Sul, 1940.

Vice-Cônsul em Funchal, 1941 a 1945.

Encarregado do Consulado em Funchal, 1941 a 1944.

Promovido a Cônsul de Segunda Classe, por antiguidade, 1945.

Cônsul em Funchal, 1945 a 1948.

Cônsul em Boston, 1949 a 1955.

Promovido a Cônsul de Primeira Classe, por antiguidade, 1953.

Secretário-Executivo da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais, 1956.

Conselheiro, 1956.

Chefe, Substituto, da Divisão Comercial do Departamento Econômico e Consular, 1956 a 1957.

Assistente do Secretariado da Reunião dos Países Participantes do Sis-

tema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais, Rio de Janeiro, 1956.

Assessor da Delegação do Brasil à XXIII Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), Nova Iorque, 1957.

Substituto do Chefe da Divisão Econômica, 1957.

Conselheiro da Delegação do Brasil à XII Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, 1957.

Chefe da Divisão Econômica, 1958.

Membro da Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), 1958.

Delegado do Brasil à XXVI Sessão do ECOSOC, Genebra, 1958.

Chefe da Divisão de Organismos Econômicos Internacionais e Assuntos Específicos, 1958 a 1960.

Chefe da Divisão Econômica, 1958 a 1960.

Membro da Delegação do Brasil à VII Reunião do Congresso Interamericano de Municípios, Rio de Janeiro, 1958.

Delegado do Brasil à II Reunião do Grupo de Trabalho de Bancos Centrais, Rio de Janeiro, 1958.

Chefe da Delegação negociadora de novo ajuste de Comércio e Pagamentos Brasil e Japão, 1969.

Membro do Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Pesquisas, 1959 a 1962.

Promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, 1960.

Chefe da Delegação do Brasil à II Reunião da Conferência Intergovernamental para o Estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio na América Latina, Montevideu, 1960.

Membro da Comissão Executiva Brasileira de Intercâmbio com a União Soviética, 1960 a 1962.

Membro da Delegação à II Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1961.

Chefe da Delegação Comercial à União Soviética, 1961.

Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, 1961 a 1962.

Membro do Grupo de Trabalho para execução da Reforma do Ministério das Relações Exteriores, 1961.

Chefe da Seção de Segurança Nacional, 1962.

Membro do Grupo de Trabalho para Estudo das Relações entre Economias Planejadas Capitalizadas de Sistema Misto, 1962.

Embaixador em Camberra, 1962 a 1966.

Embaixador em Missão Especial à Posse do Presidente da Coréia, 1963.

Embaixador em Wellington, cumulativamente, 1964 a 1966.

Secretário-Geral-Adjunto para Organismos Internacionais, interino, 1966.

Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos Econômicos, 1966 a 1967.

Chefe da Delegação do Brasil nas Negociações do Acordo de Comércio Brasil-Portugal, 1966.

Representante do Itamarati no Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), 1966 a 1967.

Promovido a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, 1966.

Subchefe da Delegação à V Reunião Anual Ordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), Vila del Mar, 1967.

Membro da Delegação às Negociações da Lista III ("Brasil") do Acordo-Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT) Genebra, 1967.

Chefe da Delegação às Negociações de Recomposição da Lista III ("Brasil") do GATT, 1968.

O Embaixador Paulo Leão de Moura, nesta data, encontra-se no exercício de sua função de Embaixador em Argel.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em de de 1971.
— Ayrton Gil Dieguez, Chefe da Divisão do Pessoal.

(A Comissão de Relações Exteriores.)

MENSAGEM

N.º 48, DE 1971

(N.º 51, de 1971, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o disposto no art. 42 (item III) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a nomeação que desejo fazer, do Diplomata João Baptista Pinheiro para exercer a função de Embaixador junto ao Governo da República Federal da Alemanha, nos termos dos arts. 22 e 23 da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961.

Os méritos do Embaixador João Baptista Pinheiro, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 13 de abril de 1971.
— Emílio G. Médici.

Em 7 de abril de 1971.
G/DP/C/DEOc/14/312.4

A Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici.

Presidente da República.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à assinatura de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, destinada à indicação do Senhor João Baptista Pinheiro, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores (Parte Permanente), para o exercício da função de Embaixador junto ao Governo da República Federal da Alemanha, conforme preceituam os arts. 22 e 23 da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961.

2. Parece-me dispensável realçar os méritos pessoais do Embaixador João Baptista Pinheiro, cuja fórmula de serviço bem o recomenda para as altas funções que o Governo de Vossa Excelência pretende confiar-lhe.

3. O Itamarati elaborou o Curriculum-Vitae do Embaixador João Baptista Pinheiro, o qual, juntamente com a Mensagem ora submetida à assinatura de Vossa Excelência, será apresentado ao Senado Federal para

exame e decisão de seus ilustres Membros.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — Mário Gibson Barboza.

"CURRICULUM-VITAE" DO EMBAIXADOR JOÃO BAPTISTA PINHEIRO

Nascido em Guaçuí, Espírito Santo, em 26 de outubro de 1914. Casado com a Senhora Céu Feijó Pinheiro, de nacionalidade brasileira. Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Niterói. "Master in Arts", pelo Colégio de Ciências e Letras da Universidade da Califórnia, 1948.

Cônsul de Terceira Classe, por concurso, 1940.

Auxiliar da Secretaria-Geral da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, 1942.

Auxiliar do Chefe do Departamento de Administração, 1942.

Terceiro Secretário da Embaixada em Buenos Aires, provisoriamente, 1944 a 1945.

Vice-Cônsul em São Francisco, 1945 a 1946.

Promovido a Cônsul de Segunda Classe, por merecimento, 1945.

Cônsul-Adjunto em São Francisco, 1946 a 1949.

Encarregado do Consulado-Geral em São Francisco, 1947 a 1949.

Secretário da Delegação do Brasil à XXXI Conferência Internacional do Trabalho, São Francisco, 1949.

Segundo Secretário da Embaixada em Washington, 1949 a 1951.

Representante do Brasil no Comitê de Revisão da Escala de Contribuição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), 1950.

Membro Eleito do Comitê de Controle Financeiro da FAO, 1950.

Assessor da Delegação do Brasil à Sessão Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), 1950.

Assessor da Delegação do Brasil na Conferência Especial da FAO, Washington, 1950.

Assessor da Delegação do Brasil à Sessão Ordinária do Conselho da FAO, 1951.

Professor do Instituto Rio-Branco no Curso de Extensão de Conceitos Básicos de Economia Política e Renda Nacional (1952) e de Economia Política e Política Económica do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, 1952 e 1953, respectivamente.

Assessor da Delegação do Brasil à Reunião do Comitê Plenário da Comissão Económica para a América Latina (CEPAL), Santiago, 1952.

Assessor Técnico da XV Sessão do Conselho da FAO, Roma, 1952.

Assessor Técnico da Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, 1952.

Membro da Comissão de Coordenação dos Preparativos da Conferência da CEPAL, 1953.

Secretário da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais no Ajuste Administrativo de Comércio Brasil-Japão, 1953.

Assessor da Delegação do Brasil no V Período de Sessões da CEPAL, 1953.

Delegado do Brasil à XVII Sessão do Conselho da FAO, Roma, 1953.

Promovido a Cônsul de Primeira Classe, por merecimento, 1953.

Delegado do Brasil à VII Sessão da Conferência da FAO, Roma, 1953.

Membro da Comissão Mista Brasil-Finlândia, 1954.

Assessor Suplente da Delegação do Brasil à Reunião dos Chefes de Missão em Países Membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), 1954.

Membro da Delegação Negociadora da Renovação dos Acordos de Intercâmbio Comercial entre Brasil e Portugal, Espanha e Tcheco-Eslováquia, 1954.

Chefe da Delegação Negociadora do Novo Acordo Comercial e de Pagamento com a Grécia, Atenas, 1954.

Auxiliar do Secretário-Geral, 1954 a 1955.

Secretário da Fazenda do Governo do Espírito Santo, 1955.

Delegado do Brasil à Conferência Económica da OEA, 1957.

Promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, 1958.

Delegado do Brasil no "Comitê dos Vinte e Um", do Conselho da OEA, 1959 a 1960.

Chefe da Delegação do Brasil à Reunião Especial para a Reestruturação do Conselho Interamericano Económico e Social (CIES).

Chefe da Delegação do Brasil ao IX Período de Sessões e à III Reunião do Comitê de Comércio da CEPAL, Santiago, 1961.

Conselheiro da Delegação do Brasil às Primeiras Reuniões Anuais do CIES, México, 1962.

Delegado do Brasil à XVIII Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, Nova York, 1963.

Ministro-Conselheiro da Embaixada em Tóquio, 1963 a 1964.

Encarregado de Negócios em Tóquio, 1964.

Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), 1964 a 1969.

Chefe da Delegação de Negociações com Acionistas das "Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais, Usiminas S/A", 1964.

Membro da Delegação do Brasil à Conferência dos Chanceleres das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu, 1965.

Chefe da Delegação do Brasil à V Conferência da ALALC, 1965.

Chefe da Delegação do Brasil ao V e ao VI Períodos de Sessões das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu, 1965 e 1966, respectivamente.

Representante do Brasil à Reunião da CEPAL sobre Integração Económica na América Latina, Santiago, 1965.

Subchefe da Delegação do Brasil às IV Reuniões Anuais Ordinárias do CIES, 1966.

Promovido a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, 1966.

Membro da Delegação do Brasil à Reunião do Conselho de Ministros da ALALC, Montevidéu, 1966.

Chefe da Delegação do Brasil à VII Sessão do Comitê de Comércio e Desenvolvimento, Montevidéu, 1967.

Delegado do Brasil à Reunião Extra-ordinária do CIES, Buenos Aires, 1967.

Delegado do Brasil à II Reunião da Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, da OEA, Punta del Este, 1967.

Chefe da Delegação do Brasil ao IV Período de Sessões Extraordinárias da Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu, 1967.

Chefe da Delegação do Brasil ao VII Período de Sessões Ordinárias da Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu, 1967.

Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Administrativos e Financeiros da Delegação Permanente junto à ALALC, 1968.

Membro da Delegação do Brasil à XXIII Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, 1968.

Embaixador no México, 1969 a 1971.

Presidente do Grupo de Trabalho Interministerial para Preparação da Posição do Brasil na Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA), CIES e Entendimentos Bilaterais com os Estados Unidos da América, 1969.

Membro da Delegação do Brasil à VI Reunião em Nível Técnico da CECLA, Vila do Mar, 1969.

Delegado do Brasil à VI Reunião Anual Ordinária do CIES, 1969.

Subchefe da Missão Especial para Incremento do Intercâmbio entre Brasil e México, 1969.

Membro da Delegação do Brasil nas solenidades de posse do Presidente do México, 1970.

O Embaixador João Baptista Pinheiro encontra-se, nesta data, no exercício de sua função de Embaixador no México.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Em ... de de 1971. — (Ayrton Gil Dieguez, Chefe da Divisão do Pessoal.

(A Comissão de Relações Exteriores.)

MENSAGEM
N.º 49, DE 1971

(N.º 52, de 1971, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o disposto no art. 42 (item III) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a nomeação, que desejo fazer, do Diplomata Geraldo de Carvalho Silos para exercer a função de Embaixador junto ao Governo dos Estados Unidos Mexicanos, nos termos dos arts. 22 e 23 da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961.

Os méritos do Embaixador Geraldo de Carvalho Silos, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 13 de abril de 1971. —
Emílio G. Médici.

Em 7 de abril de 1971.

G/DP/DAC/C/112/312.4

A Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici
Presidente da República
Senhor Presidente:

Tenho a honra de submeter à assinatura de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, destinada à indicação do Senhor Geraldo de Carvalho Silos, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores (Parte Permanente), para o exercício da função de Embaixador junto ao Governo dos Estados Unidos Mexicanos, conforme preceituam os arts. 22 e 23 da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961.

2. Parece-me dispensável realçar os méritos pessoais do Embaixador Geraldo de Carvalho Silos, cuja fóльha de serviço bem o recomenda para as altas funções que o Governo de Vossa Excelência pretende confiar-lhe.

3. O Itamarati elaborou o *Curriculum Vitae* do Embaixador Geraldo de Carvalho Silos, o qual, juntamente com a Mensagem ora submetida à assinatura de Vossa Excelência, será apresentado ao Senado Federal para

exame e decisão de seus Ilustres Membros.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — a) Mário Gibson Barboza.

"CURRICULUM VITAE"
DO EMBAIXADOR GERALDO
DE CARVALHO SILLES

Nascido em Casa Branca, S. Paulo, 4 de fevereiro de 1919.

Cônsul de Terceira Classe, por concurso, 1945.

Assessor da Delegação do Brasil à Conferência da Paz, Paris, 1946.

Auxiliar de Gabinete de Ministro de Estado, 1946 a 1947.

Terceiro-Secretário da Embaixada em Paris, 1947 a 1949.

Observador do Brasil na Reunião do Instituto Internacional do Frio, Paris, 1947.

Secretário da Delegação do Brasil à III Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, Paris, 1948.

Vice-Cônsul em Genebra, 1949.

Assessor da Delegação do Brasil à VII Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, 1949.

Secretário da Delegação do Brasil à Conferência Diplomática da Cruz Vermelha Internacional, Genebra, 1949.

Vice-Cônsul em Roma, 1949 a 1951.

Assessor da Delegação do Brasil à XI e a XXX Sessões do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), Genebra, 1950 e 1960, respectivamente.

Encarregado do Consulado em Roma, 1951.

Secretário da Delegação do Brasil à Conferência Mundial de Migração, Nápoles e Bruxelas, 1951.

Terceiro-Secretário da Embaixada em Roma, provisoriamente, 1951.

Promovido a Cônsul de Segunda Classe, por antigüidade, 1952.

Cônsul-Adjunto em Roma, 1951 a 1952.

Segundo-Secretário da Embaixada em Roma, 1952 a 1954.

Assessor da Delegação do Brasil à IV Sessão do Comitê Intergovernamental Provisório para o Movimento Migratório da Europa, Genebra, 1952.

Assessor da Delegação do Brasil à VIII, IX, XI, XIII, XIV e à XV Sessões da Assembléia-Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, 1953, 1954, 1956, 1958, 1959 e 1960, respectivamente.

Assessor do Membro brasileiro nas VI, VIII e IX Sessões da Comissão de Direitos Internacionais das Nações Unidas, Genebra, 1954.

Chefe do Serviço de Informações do Ministério das Relações Exteriores, 1954 a 1955.

Membro da Seção de Segurança Nacional do Ministério das Relações Exteriores, 1955.

Promovido a Primeiro-Secretário, por merecimento, 1955.

Primeiro-Secretário da Embaixada em Londres, 1956 a 1957.

Primeiro-Secretário da Delegação do Brasil em Genebra, 1957 a 1958.

Conselheiro da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre Direito Internacional do Mar, 1958.

Primeiro-Secretário da Missão junto às Nações Unidas provisoriamente, 1958 a 1959.

Primeiro-Secretário da Missão junto às Nações Unidas, 1959 a 1961.

Encarregado da Missão junto às Nações Unidas, 1960, 1961, 1962, 1965, 1966, 1967 e 1968.

Promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, 1961.

Ministro Conselheiro da Missão junto às Nações Unidas, 1961 a 1966.

Delegado do Brasil à XXXII e a XXXIV Sessões da ECOSOC, 1961 e 1962, respectivamente.

Delegado Suplente do Brasil às XVI, XVII, XX, XXI e XXII Sessões da Assembléia-Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, 1961, 1963, 1964, 1965, 1966 e 1967, respectivamente.

Chefe da Delegação do Brasil à Reunião dos Subcomitês das Nações Unidas sobre o Espaço Cósmico, Genebra, 1962.

Representante-Substituto do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, Nova Iorque, 1963.

Chefe da Delegação do Brasil à IV Sessão do Comitê das Nações Unidas sobre o Uso Pacífico do Espaço Cósmico, Nova Iorque, 1963.

Chefe da Delegação do Brasil à Reunião do Subcomitê Jurídico das Nações Unidas sobre o Espaço Cósmico, Genebra, 1964.

Representante do Brasil à Reunião do Subcomitê Geral do Comitê das Nações Unidas sobre o Espaço Cósmico, Nova Iorque, 1965.

Delegado Substituto do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre o Desarmamento, Genebra, 1966.

Ministro-Conselheiro da Delegação do Brasil em Genebra, 1966 a 1967.

Promovido a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, 1966.

Subchefe da Delegação do Brasil ao IV Período de Sessões da Comissão Preparatória para Desnuclearização da América Latina, México, 1967.

Delegado do Brasil à V Sessão Especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, 1967.

Delegado do Brasil à XXIX Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, 1967.

Representante Permanente Adjunto do Brasil junto às Nações Unidas, 1967 a 1969.

Embaixador em Tóquio, 1969 a 1971.

O Embaixador Geraldo de Carvalho Silles, nesta data, encontra-se no exercício de sua função de Embaixador em Tóquio.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em de de 1971. — Ayrton Gil Dieguez, Chefe da Divisão do Pessoal.

(A Comissão de Relações Exteriores.)

MENSAGEM

N.º 50, DE 1971

(N.º 53, de 1971, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Nos termos do art. 42, item III, e parágrafo único do art. 118 da Constituição, tenho a honra de submeter à consideração do Egrégio Senado Federal o nome do Dr. Antônio Neder para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga

decorrente da aposentadoria do Ministro Adauto Lúcio Cardoso.

Os méritos do Sr. Antônio Neder, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam do anexo *Curriculum Vitae*.

Brasília, em 13 de abril de 1970. — Emílio G. Médici.

"CURRICULUM VITAE" DO MINISTRO ANTÔNIO NEDER

O Ministro Antônio Neder nasceu a 22 de junho de 1911 no Município de Além Paraíba, na Vila Dr. Astolfo, que hoje compõe o Município de Pirapetinga, Minas Gerais.

2. Fêz o curso primário nessa vila e o secundário no Ginásio Leopoldinense, da cidade mineira de Leopoldina.

3. Seu curso superior, ele o fêz na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, atualmente denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro, perante cuja congregação colou grau a 3 de dezembro de 1937.

4. Diplomado bacharel em Direito, foi nomeado Promotor de Justiça da Comarca de Teresópolis, cargo esse que exerceu por dois anos, dele se afastando para ocupar o de Pretor do Término de Sumidouro e, depois, o de Mangaratiba, todos no Estado do Rio.

5. Judiciava nesse último cargo quando se inscreveu em concurso público de títulos e provas para ingressar na magistratura vitalícia do referido Estado.

6. Obtida a aprovação nesse concurso, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca do Carmo, de 1.ª entrância, exercendo esse cargo de 1946 a 1949, donde se transferiu, promovido por antigüidade, para a Comarca de Nova Friburgo, de 2.ª entrância, nela permanecendo de 1950 a 1956, até que teve acesso, por merecimento, à 3.ª Vara Criminal da Comarca de Campos, de 3.ª entrância, da qual se transferiu, a pedido, para a Comarca de Petrópolis, de igual categoria, onde judiciou como único Juiz de Direito de toda a sua jurisdição (Cível e Criminal), depois como Juiz de Direito da 1.ª Vara (Cível), e, finalmente, como Juiz de Direito da 3.ª Vara (Criminal), todos da Magistratura fluminense.

7. Professor titular da cadeira de Direito Civil e professor substituto da cadeira de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis, lecionou ambas as disciplinas durante oito anos consecutivos, até que se licenciou para exercer o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

8. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, compôs a sua 1.ª Câmara Cível.

9. Integrou a representação brasileira junto ao Congresso Internacional de Juristas, realizado, sob os auspícios da Comissão Internacional de Juristas, na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, no Hotel Quitandinha.

10. Em setembro de 1964, no Governo Castello Branco, veio a ser conviado para compor o Tribunal Federal de Recursos, tomando posse nessa Corte de Justiça a 27 de outubro do referido ano.

11. No Tribunal Federal de Recursos, integrando a 1.ª Turma, foi eleito para o Conselho da Justiça Federal e para Corregedor da Justiça Federal de 1.ª Instância (1967 a 1969).

12. Em junho de 1969 foi eleito, no Tribunal Federal de Recursos, para o Tribunal Superior Eleitoral, onde se encontra presentemente.

13. Por fim, em 1970, foi eleito sócio da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

14. Seus trabalhos jurídicos acham-se publicados em diversas revistas especializadas, notadamente na *Revista do Tribunal Federal de Recursos* (Brasília) e na *Revista Forense* (Rio de Janeiro).

15. Conta em abril de 1971 trinta e três anos de serviços à Justiça e de estudo constante do Direito.

16. **Condecorações:** Mérito Judiciário; Mérito Jurídico Militar; Mérito Naval; Mérito Aeronáutico; Medalha Tamandaré; Medalha da Inconfidência; Medalha Koeller; Medalha Castrioto.

Resumo: 1. Promotor de Justiça da Comarca de Teresópolis; 2. Pretor dos Términos de Sumidouro e Mangaratiba; 3. Juiz de Direito da Comarca do

Carmo; 4. Juiz de Direito da Comarca de Nova Friburgo; 5. Juiz de Direito da 3.ª Vara (Criminal) da Comarca de Campos; 6. Juiz de Direito (único) da Comarca de Petrópolis; 7. Juiz de Direito da 1.ª Vara (Civil) da Comarca de Petrópolis; 8. Juiz de Direito da 3.ª Vara (Criminal) da Comarca de Petrópolis; 9. Professor titular da cadeira de Direito Civil e professor substituto da cadeira de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis; 10. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1.ª Câmara Civil); 11. Ministro do Tribunal Federal de Recursos (1.ª Turma); 12. Membro do Conselho da Justiça Federal; 13. Corregedor da Justiça Federal de 1.ª Instância; 14. Ministro do Tribunal Superior Eleitoral; 15. Integrante da representação brasileira no Congresso Internacional de Juristas; 16. Sócio da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

(A Comissão de Constituição e Justiça.)

OFÍCIOS

DO SR. PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

N.º 4/71-P/MC, de 31 de março do corrente ano, remetendo, ao Senado, cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário n.º 68.425, do Estado de Minas Gerais, que declarou a inconstitucionalidade do art. 3.º da Lei n.º 1.520, de 28-8-68, do Município de Belo Horizonte;

N.º 5/71-P/MC, de 31 de março do corrente ano, remetendo, ao Senado, cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da Representação n.º 796, do Estado de São Paulo, que declarou a inconstitucionalidade do art. 17, X, da Constituição daquele Estado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenbergs) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte:

Brasília, 14 de abril de 1971

Exmo. Sr. Senador Petrônio Portella
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente:

Nos térmos do Regimento do Comitê de Imprensa do Senado Federal, tenho a honra de comunicar a V. Exa. que, em eleições realizadas no dia 13 de abril próximo passado, os jornalistas credenciados nesta Casa do Congresso Nacional elegeram a nova diretoria para o Comitê, no biênio 1971/1973, assim constituída:

Presidente: Flávio de Almeida Salles Júnior;

Vice-Presidente: Evandro Fonseca Paranaguá;

Secretário: Manoel Pompeu Filho;

Suplente: Luiz Adolfo Correia Pinheiro.

Sem mais, no momento, subscrevemo-nos, atenciosamente. — Flávio de Almeida Salles Júnior, Presidente do Comitê de Imprensa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenbergs) — Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte:

Brasília, 13 de abril de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País, a partir de 16 de abril até 24 de maio do corrente ano, a fim de, no desempenho de missão com que me distingui o Senado, nesta data, participar em Viena do 23.º Congresso da Câmara de Comércio Internacional.

Atenciosas Saudações. — Jessé Pinto Freire.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenbergs) — O Sr. 1.º-Secretário procederá à leitura de requerimento enviado à mesa pelo nobre Senador Adalberto Sena.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO
N.º 19, DE 1971

Nos térmos do art. 281 do Regimento Interno, requeiro a retirada do Re-

querimento n.º 11/71, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1971. — Adalberto Sena.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenbergs) — O requerimento lido não depende de deliberação do Plenário, mas de despacho da Presidência, que o defere.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenbergs) — Sobre a mesa, requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1.º-Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO
N.º 20, DE 1971

Nos térmos do disposto no art. 370 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do Projeto de Resolução n.º 91, de 1970, que suspende a execução do art. 21 da Lei n.º 1.530, de 26 de novembro de 1967, do Estado da Guanabara, declarado inconstitucional por decisão definitiva do STF, em 4-6-70, feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1971. — Wilson Gonçalves.

REQUERIMENTO
N.º 21, DE 1971

Senhor Presidente,

O Senador, abaixo assinado, nos térmos do Regimento Interno, requer o desarquivamento do Projeto de Lei n.º 59, de 1968, de autoria do ex-Senador Pereira Diniz.

Em 14 de abril de 1971. — Accioly Filho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenbergs) — Estes requerimentos serão publicados e incluídos na Ordem do Dia, nos térmos do art. 280, item II, letra e, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenbergs) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO
N.º 22, DE 1971

Nos térmos do art. 234 do Regimento Interno, requeiro transcrição nos Anais desta Casa da "Mensagem

Pascoal" proferida pelo Papa Paulo VI.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1971. — Cattete Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenbergs) — De acordo com o art. 234, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido a exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenbergs) — Na sessão de 12 do corrente, foi lido o Requerimento n.º 14, de 1971, de autoria do Senador Flávio Brito, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara n.º 300, de 1966, que facilita aos agrônomos e veterinários, que se estabelecerem em zona rural, assistência econômica, por meio de empréstimos preferenciais a longo prazo.

O referido projeto, entretanto, não foi arquivado e consta da pauta da Ordem do Dia de hoje, para que o Plenário decida se deve ter prosseguimento a sua tramitação.

Sendo assim, o Requerimento fica prejudicado e será encaminhado ao Arquivo. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenbergs) — O Expediente da Sessão, nos termos do Requerimento n.º 17/71, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de ontem, será destinado a reverenciar a memória de ilustres baianos falecidos durante o recesso parlamentar.

O primeiro orador inscrito é o Sr. Senador Nelson Carneiro, que tem a palavra.

O SR. NELSON CARNEIRO (Lê o seguinte discurso.) Senhor Presidente, Senhores Senadores, venho esparzir, Sr. Presidente, em nome da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, as flôres da saudade sobre o túmulo de ilustres homens públicos que a Bahia, mãe generosa de tantos talentos, ofereceu ao serviço do Brasil. Durante o longo recesso parlamentar, êles dêste mundo se foram, e é dever, dos que ainda ficamos, relembrar-lhes os nomes e as obras.

Nestor Duarte esteve até há poucos anos na Câmara dos Deputados, e sua presença continua viva em muitos que

ora me ouvem. A agilidade do pensamento, a claridade da inteligência, os arquivos da cultura, corriam parelhas com a mordacidade das intervenções, a malícia dos apartes, o bom humor de toda a vida. Aristóteles acentuava que apenas o homem possui o uso da palavra. Tenho, entretanto, para mim, que a muitos, como aos animais, o Senhor só concedeu a voz. Nestor Duarte nunca foi voz, foi sempre palavra. E a palavra, nêle, jamais serviu para esconder o pensamento. Foi livre como desejava, sem excessos de polidez, nem brutalidades de indelicadeza.

Conhecemos-nos muito moços, na Bahia. A família do Desembargador Duarte Guimarães, um juiz séco e reto, residia na antiga Rua do Hospício. Professora de seus filhos mais moços, minha tia morava ali pertinho, na do Sodré. Mas foi em 1931, na campanha autonomista, que nos encontramos, êle um pouco mais velho do que eu.

Dificilmente, Sr. Presidente, se reunirão, sob a mesma bandeira, tantos valores. Não falarei dos líderes, que êsses haviam construído, no passado, o renome que desfrutavam: J. J. Seabra, Simões Filho, Moniz Sodré, os dois Mangabeiras, Pedro Lago e Miguel Calmon. Arrolarei apenas os que, a bem dizer, iniciavam a áspera jornada, de que a morte retirou tão cedo a alguns, como a Wenceslau Galo, Augusto Públis e Gilberto Valente, e a Bahia não permitiu, ciosa, que outros a abandonassem, como os Jaimes, o Junqueira Aires e o Baleeiro. Aloísio de Carvalho Filho, que ainda na legislatura passada honrou esta Casa com as fulgurações de seu espírito privilegiado, era dos nossos, dos mais bravos e eloquentes. Na primeira linha, naqueles dias também amaríssimos, estava Luiz Viana Filho. E Nestor, mestre do direito, mestre da vida, coração aberto aos anseios da juventude, tão jovem quanto seus discípulos.

Josaphat Marinho, que tanto exalçou o mandato senatorial, disse, êle que a nós chegara pela mão do companheiro agora desaparecido, que

"Nestor Duarte era um feixe de valores inestimáveis. Arredio da publicidade, nem todos lhe conheciam as virtudes peregrinas de cá-

ráter, de bondade e de inteligência.

Os que se aproximaram dêle, porém, seus discípulos, seus companheiros de trabalho, seus correligionários, seus amigos, sentiram o fulgor de seu talento, a energia de sua capacidade e a influência do seu vigoroso procedimento ético. No homem, a correção e a generosidade fundiam-se admiravelmente para o julgamento sóbrio e compreensivo.

Era rigoroso sem falsa moralidade, tolerante sem abdicação das normas da convivência decente. Tratava os humildes com respeito, os poderosos com recato. A um tempo composto e expansivo, despertava simpatia pelos gestos largos e pela palavra rápida e firme".

E Wilson Lins, o cronista da Bahia, assim o perfiou:

"Radicalmente expressivo e comunicante, Deus, ao criar Nestor, fê-lo sedento de expressão e comunicação, daí porque êle se converteu num inquieto inventor de itinerários. Professor por natureza, fêz da cátedra um instrumento de libertação do espírito, procurando transmitir, além de ensinamentos, amor à liberdade, respeito à vida e orgulho pela condição humana."

Já que recordo, Srs. Senadores, a Ação Autonomista, justo será lembrar que ali começaram sua caminhada Antônio Balbino, João Borges, Peçanha Martins, Lomanto Junior, Jorge Calmon, Josaphat Azevedo, entre tantos. Não havia idade, nem sacrifício, que evitasse, por exemplo, a colaboração do jovem Edgard Pereira, em Saúde, ou do venerando Henrique Alves, de Itabuna. Aquêle indomável Coronel Santinho, do Riacho da Guia, padecia as mesmas aflições de Rafael Jambeiro, em Castro Alves, ou de Leônidas Brito, em Jequié. As mesmas dos Wanderley Pinho, de Santo Amaro, ou do Dr. Dantas Bião, de Alagoanhas, ou de Silvino Kruschewsky, de Ilhéus, ou dêsse bravo Régis Pacheco, de Vitória da Conquista, que acaba de encerrar, espontaneamente, sua carreira parlamentar. E outros, e mui-

tos outros, que são, como Joel Presidio e Alvaro Martins Catarino, a própria história da resistência baiana na década de trinta.

Foi a Ação Autonomista que possibilitou a Nestor Duarte integrar a Constituinte Baiana de 1935, retornando assim à carreira parlamentar, interrompida pela revolução de outubro. Durante os largos anos do Estado Nôvo, não desertou um instante o serviço da ordem constitucional. E ei-lo na Constituinte de 1946, esbanjando inteligência e cultura mais em apertos cortantes do que em meditados discursos. Ele era sobretudo espontâneo, puro, sincero, o mesmo espadachim da palavra, que manejava com sabedoria e graça. Ali encontrou outros baianos, de sua linhagem intelectual: Hermes Lima, Aliomar Baleeiro, Vieira de Melo, Clemente Mariani.

A luta pelo divórcio contava em Nestor Duarte um nobre, um lúcido, um intrépido advogado. Retiro, ao acaso, um instante dos debates parlamentares, quando, na outra Casa, Monsenhor Arruda Câmara afirmava que "a mentalidade da Constituinte de 91 era a do Estado liberal". Nestor interrompia-o: "V. Exa. está defendendo o estado ultramontano. V. Exa. não advoga uma revolução, mas uma reversão e uma reação". E o orador, inlemento: "É um aparte que morre à mingua de argumento". O aparteante redargui, no mesmo tom: "Retrato fiel da mentalidade de V. Exa." Eis que surge Adroaldo Mesquita da Costa: "V. Exa. se esquece de que o apostolado positivista foi, por assim dizer, campeão contra o divórcio em 1891 no Brasil." Nestor tem a resposta oportuna: "Isso apenas significa que o problema é exclusivamente religioso e não deveria servir de razão para elaborarmos uma Constituição política." Arruda Câmara é pronto no revide: "V. Exa. comete grande injustiça, porque ao positivismo se deve grande parte da propaganda e da instituição da República." Quase o revejo, a Néstor Duarte, num gesto muito seu, ao abandonar o microfone do recinto, dando por encerrado o debate: "As Constituições dos povos livres não são católicas nem positivistas." E estava certo.

Tinha o ilustre baiano seus hábitos e suas excentricidades.

A Emenda parlamentarista, única solução política para uma hora de extrema convulsão política, que parecia só encontrar remédio na guerra civil, foi redigida em seu apartamento, na 105, porque Nestor, indicado pelo mestre Raul Pila, declarava a impossibilidade de, homem civilizado, sair de casa antes do meio-dia!

Isso, todavia, não o impedira de, titular da Agricultura no Governo Otávio Mangabeira, se devotar, dia e noite, à tarefa que lhe cumpria desempenhar, inclusive para responder à surpresa dos que o viram escolhido para aquela Secretaria.

Não havia em Nestor Duarte muitas razões para ser um homem alegre. Ele era alegre, creio, porque era livre. Porque sempre foi livre, até o instante derradeiro. Injustiças bateram-lhe constantemente à porta. Móça, morreu-lhe a esposa, e ele criou os filhos. Martirizou-o a doença de um, mas foi com entusiasmo que viu o jovem descendente superar a enfermidade. O outro era sua continuação na política, a mesma centelha, a mesma comunicabilidade, a mesma vocação. Um ato discricionário riscou-o da vida pública. Nestor Duarte não transigiu, não desesperou. E assim se foi deste mundo, em meio à dedicação da filha, ao carinho da família, à fidelidade dos amigos, ao aprêço dos colegas, à devoção dos clientes de seu intermitente escritório de advocacia, à veneração da Bahia de todas as idades, ele que nunca deixou envelhecer o espírito, que foi contemporâneo de todas as gerações que se sucederam no seu tempo.

Clementino Fraga era, sob vários aspectos, o oposto de Nestor Duarte. Ligava-os, porém, a terra baiana, onde ambos haviam conquistado cátedra muito cedo, um em Medicina, outro em Direito. Mas, Clementino logo transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde depois ocuparia a cadeira de Clínica Médica, que obtivera em notável concurso, onze anos antes, na velha academia do Terreiro de Jesus. "Não entrei nesta Casa — afirmou então — pelo beiral do telhado, nem varei num salto a janela entreaberta: arribado a pôrto conhecido, aqui me sinto bem."

A idade proyecta fala o milagre dos carinhos familiares, dos cuidados dos filhos, médicos ilustres. "Não temendo a morte, desejava como Capistrano de Abreu, morrer sem escândalo, — depõe Ivan Lins — e assim foi, porque, pouco a pouco, foi definhando e só veio a falecer quase imperceptivamente, recatada e suavemente, apenas pela dificuldade de continuar a viver, diante do depauperamento em que dia a dia foi caindo o seu rijo organismo de mais de noventa anos".

Minha admiração por Clementino Fraga tinha raízes no passado, na diurna exaltação de meu pai ao colega do curso de Humanidades, no Carneiro Ribeiro. E comovia-me sua recomendação a parentes e amigos que o procuravam, para que não faltasse com o voto, que, preso ao leito, não me poderia dar.

Não é, todavia, Sr. Presidente, a gratidão que me dita as tóscas palavras com que o revivo, mas a homenagem que todos devemos a esse homem modesto, nascido pobre num lar de agricultores pobres, e que construiu com seriedade, trabalho, estudo e desvelo, uma dinastia de saber e de correção.

Diretor do Departamento de Saúde Pública, na presidência Washington Luiz, coube-lhe enfrentar e extinguir o surto de febre amarela que irrompeu no Rio de Janeiro. Barbosa Lima Sobrinho retrata-o naqueles dias de angústia, em que sua atuação sómente encontrava símilia, como recorda Octacílio Lopes, na jornada anteriormente sofrida, por Oswaldo Cruz:

"O dever sobrepujava nêle o fundo de desdém, que parecia ressaltar de uma convicção íntima na inanidade de todas as coisas. E ao contrário do que se poderia esperar de sua índole de contemplativo, foi um excelente homem de ação, favorecido por uma serenidade, que nenhuma circunstância poderia impedir ou alterar. Não se deixou assustar pelo que há de dramático em todas as epidemias. Não se irritou com as críticas injustas, nem com as campanhas tendenciosas ou interesseiras. E seguro de si pela serenidade que nunca o desamparava, fugiu, até mesmo, ao noticiário que procurara criar imagens fal-

sas, fabricando uma realidade de encomenda. Porque sabia que só os fatos têm importância. Que eles desafiam todas as versões. Que persistem através de uma publicidade que os falseia ou os ignorava."

Lembra Lourival Ribeiro que, indagado certa vez se não lhe fazia mal aos nervos a campanha contra a administração sanitária, Clementino Fraga respondeu: "Acredito que deve fazer, mas sinceramente ainda não senti os efeitos. A febre amarela não deu tempo".

Exerceu o mandato parlamentar numa época em que as bancadas eram, no dizer de Nilo Peçanha, como os ralmelhos com que os alunos costumam, ao fim de cada ano, presentear às professoras — algumas rosas, o resto manjericão. Clementino não deve ter guardado muitas ilusões do Congresso, a julgar pelo depoimento inserto na oração de abertura do I Congresso Brasileiro de Higiene:

"Na Câmara Federal, quando deputado, pensei que era médico e arrisquei palavras em abono dos atuais serviços sanitários da República. Convenção, agora, na imprudência de, sendo profissional e ex-funcionário da Saúde Pública, em assuntos de higiene querer opinar."

A Academia Brasileira de Letras abriu-lhe as portas, há trinta e dois anos, para suceder a Afonso Celso. Não escreveu romances, nem poemas, para conquistar a ambicionada láurea.

"Vossos discursos fogem dos moldes profissionais, e adornam o assunto científico com lavores literários — diria Claudio de Souza, em nome da ilustre Casa. Transluzem nêles essas galas ainda nos mais sáfaros assuntos da realidade biológica ou patológica. Essa trágica realidade, a de nossa vida, parece-se com a do rio, que nasce dos montes chorando para morrer no oceano gemendo.

Corre, porém, entre as margens onde há matas, vergéis, jardins, cujas plantas sobre ele se debruçam, e em suas águas deixam cair flores e frutos. São as flores e os frutos da fantasia as que nela

bóiam ou naufragam. O médico é o escafandrista dessas águas, nas horas de naufrágio. Quando ele traz na alma como trazeis o manancial da poesia, leva ao doente bálsamo para a alma e remédio para o corpo, as flores daquela ternura e o lenitivo daquela consolação. O médico artista cura o corpo e a alma."

Clementino Fraga pertenceu a uma Bahia que se vai distanciando nos anos e continua viva no respeito e no reconhecimento de sua gente. A Bahia dos Teodoros Sampaio, dos Aristides Novis, dos Prados Vajadares, dos Leônidas Pinto, dos Flintos Bastos, dos Pirajás da Silva, dos Gonçalos Moniz, dos Eduardos Espinola, dos Pintos de Carvalho, de tantos outros. Foi de todos o que, parece, viveu mais. E o que por isso mesmo, por mais tempo retornou, em permanente, à terra natal.

Tece o destino os caminhos da vida e as encruzilhadas da morte. Anísio Spinola Teixeira sempre afastara a sedução e os encantos da imortalidade. Mas, desaparecido Clementino, era preciso convencer ao grande mestre, carpindo na modéstia e no silêncio o pecado de se antecipar, no tempo, às reformas educacionais, que terão de converter a escola de hoje no melhor e no mais hábil instrumento da grandeza de amanhã. Essa coragem de não ter medo das idéias novas, de olhar sem prevenções para o mundo todo, o que amamos e o que não queremos, mas que existe, essa coragem de perscrutar o futuro nos roteiros do presente, sim, essa coragem era a mácula de Anísio. Subiram a serra petropolitana seus amigos mais chegados, para demovê-lo. Ele resistiu quanto pôde. A escolha, depõe Josué Montello, já estava feita. A eleição apenas a ratificaria. Seria aquela, provavelmente, a primeira vez, nos últimos anos, que sua obra recolheria a consagração merecida. Paulo Carneiro encontrou-o na véspera da partida, mais jovem que nunca. E Odílio Costa Filho dele ouviu que, naquele peregrinar de porta em porta, provava afinal o leite da bondade humana.

Quando entrei, ainda de calças curtas, no Colégio Antônio Vieira, a pleitear escassas menções honrosas em uma ou outra disciplina, bem poucas aliás, o grande orgulho dos jesuítas era o mocinho de Castité, que, parece, conquistara todas as medalhas de ouro do curso. Todos lhe sabiam o nome, de tão repetido como exemplo aos que, no educandário do Portão da Piedade, mais se interessavam pelas absolvições do bondoso Padre Camilo Torrend ou pelo café servido lautamente após a missa dos domingos. Anísio não era apenas um pequeno sábio, era igualmente um modelo de fé. Muitos o criam um novo sacerdote, e os mais ousados já o poderiam ver, velhinho, os cabelos brancos caindo sobre os óculos de grau forte, diante do altar de Maria, a fita de congregado em torno do pescoço. Um dia, porém, libertou-se do passado, dos dogmas, dos ritos, da liturgia, de tudo quanto lhe haviam ensinado, para ser um homem inteiramente livre, de pensamento e convicções livres.

Os que escrevem o dia de hoje, debruçados sobre o de ontem, não compreenderão jamais a Anísio Teixeira, que tratava o presente em termos de futuro. Sua filosofia educacional visava, como ele disse, "aos indivíduos todos da sociedade e não apenas certa categoria ou determinada classe deles. A educação deve preliminarmente pensar na generalidade dos indivíduos. Deve prepará-los, portanto, para que se descubram e se revelem no relacionamento de que participam. O que se denomina elite deve ser o fruto de uma preparação geral e a mais completa possível". Foi essa preparação que ele viu nos Estados Unidos, onde estão as fontes doutrinárias de seu pensamento educacional, sobretudo em Dewey e Kilpatrick. Sem essa preparação, a elite tende a considerar-se como se ela, e só ela, fosse representativa, ou representasse a nação.

Por isso mesmo, Anísio foi, entre nós, o educador do povo. Na base da sua concepção educacional, está um sistema efetivo e eficiente de escolas primárias que, continuando na escola média, organizada em torno de um currículo verdadeiramente brasileiro, fizesse da língua nacional, da civilização nacional e da ciência seus verdadeiros instrumentos. A Universidade completaria essa formação.

Num país em que a educação é um bem de poucos, a tendência da elite é considerar-se, como sendo, e só ela,

representativa da nação. Mas o preço que paga essa élite, baseada no privilégio da educação, é de não ver que a verdadeira grandeza de um país repousa na ilustração do povo. Eis por que Anísio sofreu tantas discriminações ideológicas "e sua marginalização da vida pública — bem o destacou Afrânio Coutinho — resultou de um colossal equivoco, de uma etiqueta errada e injusta".

Ele era um filósofo da educação e, ao mesmo tempo, um executivo da educação. Sabia pensar e fazer. Sua administração à frente do ensino na Prefeitura do antigo Distrito Federal, na Secretaria de Educação da Bahia, na direção da CAPES, órgão destinado a aperfeiçoar o nível universitário pela distribuição de bolsas, ou no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, marca e caracteriza fases criadoras e organizadoras da educação.

A criação dos Centros Educacionais, de que é pioneira a Escola-Parque Carneiro Ribeiro no Pau Miúdo, no bairro da Liberdade, em Salvador, basta para testemunhar a visão desse eminentemente educador. Sua obra, que culminou com a criação das Universidades do Distrito Federal e de Brasília, representa um passo decisivo no progresso da educação em nosso País.

"A obra de Anísio Teixeira — escreveu Austregésilo de Ataíde —, obra de mistico e de profeta, viverá na solidez de seus alicerces. É um pensamento nítido e luminoso, cujo traço maior é a da generosidade, tão ligada à atitude dos homens verdadeiramente livres."

O serviço da Academia Brasileira de Letras, que jamais ambicionara, acabou por traçar-lhe as linhas fatais de seu encontro com a morte. E aquele homem livre, de horizontes sem fim, findou enclausurado no silêncio e na escuridão. Estranhos e surpreendentes designios, a que não fogem ainda os espíritos superiores! Naquele instante derradeiro, quem sabe se ele teria reencontrado ao seu Deus da juventude, aquele mesmo Deus que Demóstenes Madureira de Pinho viu além do ateísmo de Anísio, e que sempre lhe parecera apenas "uma libertação das fórmulas exteriores e visíveis da fé". Sim, ali deveria estar a claridade divina, a espancar as trevas do funéreo socavão,

exato no instante em que se apagava uma vida luminosa de saber, de probidade intelectual, de amor à juventude, de bravura cívica, de devoção ao Brasil. A vida de um mestre de mestres, de um devassador de rumos, de um plasmador de grandezas, de um criador de futuros. (Apagam-se as luzes.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Está suspensa a Sessão, por falta de energia elétrica no plenário.

(Suspensa às 15 horas, a Sessão é reaberta às 15 horas e 35 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Está reaberta a Sessão.

Devo esclarecer aos Srs. Senadores que a falta de energia elétrica foi decorrência de defeito no fornecimento geral, coincidindo com o desligamento do gerador da Casa, em virtude das obras que estão sendo realizadas presentemente no Senado. (Pausa.)

Continua com a palavra o nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES — (Pela ordem. Não foi revisto pelo orador.) — Sr. Presidente, entendo lícito a qualquer Senador indagar sobre assuntos relativos à vida do Senado.

V. Exa. quase acaba de responder a minha questão de ordem, mas, permissa venia do honrado Presidente, eu inquiriria a respeito da aparelhagem — e sei ultramoderna — de que esta Casa dispõe.

O black-out é contingência na vida do brasileiro: ocorre na Guanabara, e em Pernambuco, quando da visita da Rainha Elizabeth, a energia pifou e justamente à luz de velas é que as cerimônias em sua homenagem se realizaram.

Como já estou vivendo aqui, no Senado, há oito anos, perguntaria a V. Exa., Sr. Presidente, se essa aparelhagem não funciona automaticamente, aparelhagem que sei custou muito caro. Possuindo uma espécie de agulha magnética, quando o cir-

cuito geral entra em colapso, funciona automaticamente o gerador do Senado, fornecendo luz principalmente ao plenário. Sabe V. Exa., eminente Presidente, que, dada a relevância das matérias de que tratamos, a falta de energia às vezes pode causar prejuízo ao bom andamento de nossos trabalhos.

Tenho a impressão de que V. Exa. não poderá responder agora. No entanto, gostaria de ser informado se essa aparelhagem está devidamente montada, se tem garantia de funcionamento, se está conectada com as obras ora em realização, se daqui para a frente não seria possível evitar o interregno no funcionamento de energia elétrica, com este que durou cerca de quarenta minutos.

Peço desculpas a V. Exa., Sr. Presidente. Sei que é assunto administrativo, porém parece-me lícito indagar a respeito, para que efetivamente haja o bom andamento dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Devo esclarecer a V. Exa., conforme fiz há pouco, que houve um colapso no fornecimento da energia elétrica à Casa. O nosso gerador não entrou em funcionamento porque está desligado, em face das obras que estão sendo feitas no Senado.

Entretanto, a Primeira-Secretaria já está tomando todas as providências a fim de que o gerador automático seja imediatamente religado, para que não aconteça mais o que acaba de ocorrer. (Pausa.)

Continua com a palavra o nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO — Mas a maldita não se contentaria com tão farta e qualificada provisão. E levou consigo a João Mendes da Costa Filho. "Era antes de tudo um obstinado", assim o definiu o Ministro Figueiredo Costa. Assim foi, desde que nos encontramos na campanha autonomista, em que João Mendes se revelou dos mais decididos e intrépidos combatentes. Sua ação estendia-se de Cachoeira a São Félix, a Feira de Santana. E não havia risco que não se dispusesse a assumir, obstáculo que o fizesse retroceder.

A vida pública parece uma imensa torrente, que se alimentasse a princípio na convergência de afluentes vindos de pontos mais diversos, e mais adiante inventasse novos rios, riachos, regatos, ribeiros, ribeirões e surpreendentemente caminhasse criando leitos e nascentes para segredar às margens curiosas as estórias que aprenderam nos dias da unidade. Aquelle grupo se dispersou, mas não se esqueceu. Por isso mesmo, a amizade que nos uniu ficou acima das divergências políticas que mais tarde nos separaram. Constituinte estadual de 1935, João Mendes, retornou à atividade parlamentar no cenário maior do Palácio Tiradentes, dez anos depois.

Sua atuação política na Câmara foi marcada pela posição polémica que adotou, ao assumir a presidência da Ação Democrática Parlamentar, que fundara para se opor à Frente Nacionalista.

Lutou contra o fim inevitável, o mais que pôde, com a obstinação costumeira. Sómente o terceiro enfarte venceu sua brava resistência, e o encontrou vice-presidente do Superior Tribunal Militar, cercado do aprêço dos colegas e da admiração de quantos, advogados, partes, funcionários, que com ele conviveram ou trataram.

O mundo moderno, Sr. Presidente, criou um novo demônio, o demônio da velocidade. Poucos são os que lhe resistem às seduções. A vida, para os iniciados no correr, no correr sempre mais, não se contam por meses, ou por anos. Nem por dias, ou horas. Mas por minutos, segundos, frações de segundo. Uma nova medida de tempo enche de números as estatísticas da morte. Quem antes viajava, muito feliz, entre Rio de Janeiro e Bahia em trinta e seis horas, no "Netúnia" ou no "Oceânia", hoje se irrita quando o jato trimotor atrasa de dez minutos a viagem estimada em noventa, em cem. Foi a velocidade que levou a dois outros, justo aquêles que ainda ontem estavam conosco, nas bancadas do Congresso Nacional. Se um sucumbiu à velocidade alheia, o outro — cuja memória recordaremos na sessão de amanhã — foi alcançado por sua própria voragem dos quilômetros. Eram ambos da Bahia, ainda que a velha província houvesse ced-

do a seu jardim a mocidade cativante de Dilton Costa, para que, nesta Casa, fosse suplente desse admirável Júlio Leite e, depois, de nosso ilustre colega Augusto Franco.

Alves de Macedo, o Macedinho da zona cacauera, era a expansão em corpo e alma. Chegou à Câmara dos Deputados em 1963 e se dedicou ao estudo dos problemas sociais, políticos e econômicos de sua região e do Estado. Ocupou a vice-liderança de seu partido e não consentiu jam que o ímpeto de algumas de suas intervenções deixasse feridas na sensibilidade dos colegas. Era extrovertido e jovial. A morte poupou-o uma vez, em circunstâncias semelhantes. Mas lhe armou, entre Santos e São Paulo, a emboscada fatal. A mocidade exuberante de Alves Macedo anuncjava um largo caminho de triunfos a palmar. A ampulheta do viver tinha, porém, quantidade mesquinha, que não lhe permitia conhecer as horas remanescas da velhice. A velocidade matou-o, a velocidade que não foi, ao menos naquela vez, de Alves de Macedo. Guarda-o hoje a terra baiana, sob o azul muito azul de seus céus, e não tão longe do mar que ele não possa ouvir as ondas que gritam nas praias o protesto da vida contra as violências da morte.

Usina infatigável de valôres, a Bahia, Sr. Presidente, chora, com a Nação, o desaparecimento de filhos tão ilustres e capazes. Mas não faltará, com a nova geração, à tarefa quadricentenária de espalhar muitos outros, dentro e fora de seus limites, para o serviço da grandeza e do futuro do Brasil. Esta convicção é o lenço que lhe apaga as lágrimas, as flôr que espalha sobre tantos túmulos ainda mal fechados. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Tem a palavra o nobre Senador Ruy Santos.

O SR. RUY SANTOS (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nas batalhas da vida, principalmente contra o tempo, os companheiros vão sucumbindo — quando essas batalhas já são feridas na ladeira abaixo para a planície do fim, temos de ir plantando, aqui e ali, cruzes da nossa saudade.

Não me foi possível, Sr. Presidente, fazer, como o eminente Senador Nelson Carneiro, um estudo de cada uma das personalidades a que acaba de se referir, admiráveis conterrâneos nossos, que sucumbiram num reduzido espaço de tempo.

Acredito, porém, que, para o meu temperamento, é melhor fazer com que a memória desça e o coração suba até à garganta para a evocação das cinco vidas que hoje lembramos.

Quando eu cheguei à Faculdade de Medicina da Bahia — e quão distante isto está —, em 1923, Clementino Fraga já não era professor ali. Quando Clementino Fraga fez concurso para a Faculdade, naquela época os concursos eram para os departamentos existentes nos cursos. E Clementino Fraga fez o concurso para professor substituto ao lado de Prado Valadares e Vivaldo Lima — Vivaldo Lima que foi Deputado, pai do ex-Senador Vivaldo Lima Filho. Os concursos eram para substitutos e, à proporção que se davam vagas nas cátedras, os substitutos a elas ascendiam.

Pouco tempo depois do concurso abriu-se uma vaga de clínica médica e Clementino Fraga foi nomeado para ela. Logo em seguida abria-se uma outra, e a ela ascenderia Prado Valadares, admirável mestre que conheci e que foi meu professor de propedéutica médica. Aberta a terceira vaga, Vivaldo Lima já se encontrava no Amazonas e, convocado para vir assumir a cátedra, dela abriu mão, porque já havia iniciado a sua vida em outra província.

Vim a privar com Clementino Fraga quando o admirável mestre chegou à Câmara, pela última vez, como suplente da bancada da então UDN. E privamos intimamente. Eu gostava de ouvir o mestre, que não havia sido meu mestre de cátedra, mas a quem me habituara a ouvir nos seus livros e nos seus admiráveis trabalhos.

Clementino era, também, homem de letras. Escrevia muito bem. Foi, assim, para a Academia Brasileira de Letras. Isto me faz lembrar, quando de minhas tentativas para chegar a uma cátedra na minha gloria Faculdade. Havia ali um professor que não era, possivelmente, simpaticizante das boas letras, e que comentou ser

difícil eu chegar até lá, porque médico, como engenheiro, não podia ser dado à leitura e às letras. Ele acreditava que a umas e outras eu não era dado. Mas essas letras, no campo médico, deram ao Brasil admiráveis figuras. Para não citar sómente Clementino, lembro os dois Castro, Aloysio e Francisco de Castro, aquele esplêndido Afrânio Peixoto, Fernando Magalhães e, na minha Bahia, Armando Tavares, Estácio de Lima, Magalhães Neto.

Assim, Sr. Presidente, não há contradição nem pode haver incompatibilidade entre a medicina ou a engenharia e as boas letras. Para a medicina é preciso sensibilidade, essa sensibilidade que as letras nos asseguram.

Privei com Clementino Fraga, no fim de sua vida, e depois que nos separamos, já aqui em Brasília, em mais de uma oportunidade recebi cartas suas.

Clementino Fraga era admirável figura da velha Província baiana. Nascido nas margens do Paraguassu, de uma família que poderia até ter entrado para a história literária do País, se Castro Alves, namorado que foi de uma tia sua, acabasse com ela se casando. Mas Clementino era, além do grande mestre, além do homem de letras primoroso, um homem bom. Era de um espírito público, de uma dedicação à causa pública admirável.

Como o Senador Nelson Carneiro já relembrou, foi Diretor de Saúde Pública numa das grandes epidemias de febre amarela que assolaram o Rio de Janeiro, epidemia a que está ligada, por um episódio grotesco, até certo ponto, outra grande figura baiana: Afrânio Peixoto.

Osvaldo Cruz, na grande epidemia anterior, foi convocado para dirigir o combate ao surto de febre amarela, indicado que fôra por um elemento do Instituto Pasteur, de Paris. Tendo o Governo brasileiro pedido a Paris sugestões e até, se possível, a vinda para cá de um técnico, de lá informaram que não era preciso, porque, aqui, existia um — o Dr. Osvaldo Gonçalves da Cruz, com consultório nos subúrbios do Rio de Janeiro. Osvaldo Cruz foi, assim, nomeado. Exi-

giu carta-branca para a sua ação, convocando, para ser o seu secretário particular, o seu assistente, Afrânio Peixoto, que havia chegado recentemente ao Rio de Janeiro.

O Ministro da Justiça naquela época — vejam V. Exas. o que é a política —, o eminente baiano J. J. Seabra, vetou a escolha, por questões possivelmente ligadas à política baiana. Vetado o nome de Afrânio Peixoto para Chefe de Gabinete de Oswaldo Cruz, este, imediatamente, pôs à disposição do Governo o seu cargo. A sua reação foi de tal maneira violenta, que J. J. Seabra caiu em si e voltou atrás. Afrânio Peixoto foi, então, o grande colaborador de Oswaldo Cruz.

Mas Clementino Fraga realizou, verdade que um pouco distante do tempo, já com outras possibilidades, o saneamento do Rio de Janeiro, obra inegavelmente quase igual à do admirável Oswaldo Cruz.

O Sr. Clodomir Millet — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY SANTOS — Pois não.

O Sr. Clodomir Millet — Sr. Senador Ruy Santos, nesta oportunidade em que V. Ex.^a presta, como acaba de fazer o nobre Líder do MDB, em nome desta Casa, em nome do nosso partido e em nome do Senado da República, homenagem a esses vultos eminentes da cultura baiana, da política nacional, desaparecidos nos últimos meses, permita V. Exa. que eu traga também a minha homenagem, a somar-se a esta que V. Exa. está prestando, em seu nome e em nome do nosso partido, a esses vultos eminentes da vida pública baiana. Fui colega, na Câmara dos Deputados, do Deputado Nestor Duarte, do Deputado João Mendes, do Deputado Alves Macedo e, na sua rápida passagem, como suplente, também do Professor Clementino Fraga. Posso dar testemunho da operosidade, do trabalho que todos eles desenvolveram naquela Casa, honrando as tradições da boa terra baiana.

Mas quero, neste momento, deter-me um pouco sobre a figura do Professor Clementino Fraga. Quando me formei pela nossa velha e gloriosa Faculdade da Bahia, em 1936, era interno da primeira cadeira de Clínica Médica, regida pelo

Professor Armando Sampaio Tavares, que substituiu, ali, o Professor Clementino Fraga. Trouxe de Armando Sampaio Tavares uma recomendação para Clementino Fraga, que, nesse tempo, já era professor da segunda cadeira de Clínica Médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, da Universidade do Brasil. Nessa ocasião, tive oportunidade de conhecer o Professor Clementino Fraga. Abriu-me ele as portas da enfermaria da Santa Casa, para que eu fizesse um curso de extensão. Durante cinco meses, de janeiro a maio de 1937, freqüentei a sua clínica. Deu-me depois um atestado de Assistente-Honorário da sua cadeira e ali aprendi muita coisa. Durante esse tempo, acompanhei o Professor Clementino Fraga nas suas visitas diárias à enfermaria. Pela leitura de seus livros, pelo conhecimento mais apurado dos seus trabalhos — e V. Exa. sabe como ele gostava de se dedicar particularmente ao que dissesse respeito à Patologia Hepática — tomei como orientador da minha vida profissional essa figura eminente da Medicina baiana e da Medicina brasileira. Quero deixar, neste aparte, toda a minha homenagem à memória do eminente Professor Clementino Fraga, indiscutivelmente um dos maiores valóres da boa terra baiana, da cultura médica e da cultura nacional.

O SR. RUY SANTOS — Agradeço o aparte de V. Exa., que me faz lembrar que não foi só esse grande valor da cultura baiana que o Rio de Janeiro nos roubou. Antes de Clementino Fraga já tinham vindo Juliano Moreira, Afrânio Peixoto e, posteriormente, Matargão Gesteira, o grande pediatra, um dos melhores mestres com que contei e meu admirável amigo.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ao divagar dessa homenagem, a que entrego o coração, tracei um roteiro das idades dos homenageados e, após Clementino Fraga, o grande morto que reverenciamos hoje é Anísio Teixeira.

Quando deixamos o Ginásio Ipiranga, em Salvador, dirigido por Isaías Alves, eu fui para o Colégio dos Jesuítas, onde via aquele tipinho miúdo, apressado que, como estudante de Direito, continuava a freqüentar o Colégio Antônio Vieira como um dos

membros da Congregação Mariana Acadêmica.

Nelson Carneiro fêz referência às ligações de Anísio Teixeira com o grande mestre, o grande botânico que era o Padre Camilo Torran, que foi meu professor de História Natural no Colégio Antônio Vieira. Mas a ligação maior de Anísio Teixeira — e a minha memória parece que está melhor do que a do meu ilustre amigo e Líder do MDB — era com o grande educador jesuíta que tivemos na Bahia, o Padre Luiz Gonzaga Cabral, a quem Anísio Teixeira era muito chegado, como também a él me tornei ligado.

O Padre Cabral tinha a preocupação de procurar descobrir nos alunos do colégio aquêles que, a seu modo de ver, possuíam algumas qualidades para as letras e acreditava, na ilusão de homem bom, que eu estava nesse meio. Então, eu me aproximei do Padre Cabral. Freqüentei muitas vezes o seu quarto, onde outros alunos iam também e onde, obrigatoriamente, todo fim de tarde, comparecia Anísio Teixeira.

Um dia, apontando para Anísio Teixeira, que se retirava, él me disse: "Tome como exemplo esse rapaz; él vai longe. Tem talento, tem vontade de estudar; gosta de trabalhar e tem qualidades admiráveis."

Anísio formar-se-ia em Direito e eu já acadêmico de Medicina, e eleito Governador da Bahia o Dr. Francisco Marques de Góes Calmon que escolhera Anísio Teixeira para seu Diretor de Instrução — como se dizia àquela época, não Diretor de Educação —, Góes Calmon mandou que Anísio fosse aos Estados Unidos para fazer um curso ou umas observações sobre o processo educacional americano. E o grande desapontamento do Padre Cabral foi que aquél congregado mariano, aquél seu grande amigo, aquél rapaz que él tinha como um dos seus, com quem esperava ainda contar um dia na Companhia de Jesus, Anísio Teixeira, voltou dos Estados Unidos praticamente ateu. Passou a fugir um pouco dos contatos com o Padre Cabral, éste a procurá-lo e él a fugir, já dominado pelo ateísmo em que é provável tenha morrido, embora eu seja dos que acreditam que, no momento final, todos nós nos deixamos

tocar, mesmo os ateus, pela preocupação da eternidade e pela reaproximação de Deus.

Mas Anísio Teixeira continuaria a se dedicar aos problemas educacionais. Depois da Revolução de 1930, já no Rio de Janeiro, no Governo de Pedro Ernesto, Anísio Teixeira, Secretário da Educação, fêz uma grande reforma no ensino e desde aí, como pesou sobre Pedro Ernesto, pesou sobre Anísio Teixeira a suspeita de acuamento com o movimento comunista que, pouco depois, eclodiria na Aliança Libertadora Nacional. E desde esse tempo, tenho para mim, Anísio ficou marcado com a suspeita. Eu privei com él — já pouco valerá o depoimento —, mas nunca encontrei em Anísio qualquer sinal de que fôsse um homem de tendência comunista. Era, sim, ateu.

Anísio Teixeira, porém, que realizou essa grande obra no antigo Distrito Federal, que implantou as bases de uma modificação geral dos serviços educacionais da Guanabara e atraiu para com él trabalhar os melhores vultos da educação brasileira, deixou marcada uma passagem de que difficilmente a História se esquecerá.

O SR. ADALBERTO SENNA — Permite-me V. Exa. um aparte? (Assentimento do Orador.) V. Exa. acabou de referir-se às restrições ideológicas que se faziam em torno de Anísio Teixeira, e o Senador Nelson Carneiro já se havia referido ao fato, lembrando uma passagem, creio de Afrânia Coutinho, que diz que isso não era senão colosal equivoco. Eu também, que tive convivência no Ministério da Educação, como V. Exa. sabe, e lá o conheci, posso dar testemunho a respeito dessas restrições e até dos sofrimentos — acredito — de Anísio Teixeira, quando da posse de um outro baiano, o ilustre Ministro Clemente Mariani na Pasta da Educação, após a vitória do Movimento de 1945. Sei que o Ministro Clemente Mariani lembrou-se de três nomes para ocupar o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Educação naquela época. Tinha a preocupação de colocar ali um dos homens que estavam na liderança do movimento educacional brasileiro como Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho. Pois bem, él

não tinha preferência por nenhum e aceitaria qualquer um deles, pois eram grandes líderes nacionais. Mas essas restrições ideológicas que pairavam em torno de Anísio Teixeira fizeram com que alguém advertisse inclusive ao próprio Ministro de que seria melhor para él a escolha de Lourenço Filho. Era o único sobre quem não pesavam aquelas suspeitas, que já vinham de muito longe. Foi nomeado Lourenço Filho, cuja convivência e cooperação foram muito úteis para mim. Mas o que quero ressaltar aqui é a injustiça de tudo isto, porque não se poderia acoimar de comunista um democrata dos mais legítimos, dos mais dedicados, que foi Anísio Teixeira, e nós sabemos disso pela sua formação, toda feita de acordo com o tipo de vida dos norte-americanos, porque él lá estudou. Não creio que tivesse voltado ateu dos Estados Unidos, como V. Exa. disse, mas provavelmente voltou pragmatista, por causa das lições que recebeu de John Dewey. Mas daí por diante V. Exa. há de verificar em Anísio Teixeira esta tônica imutável que él sempre manteve.

Foi sempre um fervoroso admirador e propagandista dos ideais democráticos, consubstanciados naquele movimento da educação norte-americana. Isto é bastante para que a suspeita de esquerdista seja afastada da sua memória neste momento.

O SR. RUY SANTOS — Agradeço o depoimento perfeito de V. Exa. Mas dessa pecha nenhum de nós está livre. Se V. Exa. for à Secretaria de Segurança da Bahia e buscar lá os fichários, V. Exa. encontrará lá Ruy Santos, fichado por ter praticado crime de comunismo nessa Capital. Isto em 1937, por ocasião do golpe havido. Depois foi cancelada à anotação, mas acontece uma coisa interessante: na ficha fica a nota, embora o cancelamento se faça.

De maneira que quem encontra a ficha, encontra aquela pecha que não me atinge. Devemos na vida andar olhando para a frente, tranqüilos com a própria tranqüilidade.

O SR. VASCONCELOS TORRES — O marxismo caboclo não conseguiu incompatibilizar o Professor Anísio Teixeira com as grandes tarefas que él desempenhou em prol do desenvolvi-

mento educacional brasileiro. Tive oportunidade de conviver, embora rapidamente, com o grande mestre — perdoe V. Exa., que o diga —, não baiano, nem brasileiro, nem latino-americano, mas um mestre do mundo, tal a universalidade da sua cultura, tal a energia do seu talento. Nesta parte — se o eminente Senador me permitir — gostaria de dizer que esse assunto já passou em julgado, porque permaneceu ele como membro do Conselho Federal de Educação no Governo revolucionário e sabe V. Exa. que as medidas adotadas permitiram o afastamento sumário de um cidadão que estivesse comprometido com a subversão ou com o comunismo. Ele não era daquele tipo que se chama de leninista-marxista, e quero dizer, ainda, a V. Exa., num preito de saudade ao homem cujo físico não dizia da grandeza do seu brilhantismo, que se ele tivesse sido comunista teria sido o primeiro a proclamar, porque dentre as qualidades que pude admirar em Anísio Teixeira estava a sua comunicabilidade para com os problemas educacionais numa hora em que, como sabe V. Exa., era difícil tratar de problemas educacionais sem ser confundido com esquerdistas. Quero fazer justiça à memória do mestre, neste instante, porque tenho a impressão de que, se ele fôra comunista, teria sido o primeiro a confessar.

O SR. RUY SANTOS — Obrigado a V. Exa. Quando Anísio chegou à Guanabara e passou a colaborar no setor educacional, um dos seus primeiros trabalhos publicados foi a tradução de um dos livros de John Dewey, grande educador americano desaparecido, cujo título, se não me falha a memória, é *Democracia com Liberdade, ou Liberdade para a Democracia*, livro que eu li e que guardo na minha estante.

Dai para cá, Anísio Teixeira começou a produzir, a escrever, a participar de todos os movimentos educacionais brasileiros. Realmente, como disse o Senador Adalberto Sena, ele não foi o preferido por Clemente Mariani para o Departamento Educacional, mas ele foi um dos assessores mais diretos de Clemente Mariani, na sua obra educacional. E o projeto de Diretrizes e Bases da Educação, que no Governo do grande Presidente Eurico Dutra foi enviado ao Congresso, é,

em grande parte, obra de Anísio Teixeira.

O Sr. Adalberto Sena — Como, aliás, o Ministro Clemente Mariani confessou, numa homenagem que prestou a ele.

O SR. RUY SANTOS — E quando, na Câmara dos Deputados, aprovamos o projeto, depois de 6 ou 7 anos, Anísio Teixeira foi um dos convidados a dar um depoimento sobre o mesmo. Esse depoimento, o Serviço de Publicidade da Câmara reuniu, com outros, em um livro. Juntamente ao de Anísio ali estão os depoimentos de Lourenço Filho, de Fernando de Magalhães, de Almeida Júnior, de São Paulo, e de vários educadores nacionais.

Mas Anísio continuaria a sua luta em favor da educação nacional. Pôrém, a UNESCO o convida para Director-Executivo e Anísio Teixeira vai para Paris. Tempos depois, porém, eleito Governador da Bahia o eminente brasileiro que foi Otávio Mangabeira, Otávio Mangabeira levou em dúvida se lhe era justo retirar Anísio daquela posição na UNESCO para vir ser Secretário da Educação na Bahia, mas manifestou a Anísio o desejo de tê-lo como Secretário, deixando-o à vontade para aquiescer ou não. E Anísio imediatamente, num gesto admirável de "baianidade", expressão a que é muito afeito Gilberto Freire, Anísio Teixeira num gesto de "baianidade" pôs imediatamente de lado a UNESCO para vir ser Secretário de Educação.

Estou a me lembrar, agora, de que um dia, visitando-o no seu gabinete, ele parou o que fazia para me mostrar o plano educacional que estava já pondo em execução para a Bahia; lembro-me, e o Senador Heitor Dias sabe disso, era aquêle serviço no bairro proletário em que havia um núcleo central. Era o seu propósito, certo aliás, da educação integral, não só instrução, escola-parque em que havia um núcleo central em que, pela manhã e à tarde, poderiam ter, quatro mil crianças, educação, educação moral, educação física, e educação religiosa. Durante metade do dia — dois mil pela manhã, dois mil à tarde —, em quatro satélites desse núcleo, ministrar-se-ia, então, a educação intelectual ou o ensino propriamente.

Desta forma, os meninos que pela manhã estivessem nos núcleos periféricos nessa formação, à tarde iriam fazer outro tipo de educação, para integração completa no núcleo central. E assim também se procedia com os outros, fazendo revezamento.

Quando Anísio Teixeira nos mostrou o plano e verificamos o início das obras, eu lhe perguntei: e dinheiro para isso?! dinheiro para pôr em funcionamento, por quanto essas quatro mil crianças chegariam na escola às 8 horas e voltariam para casa às 17 horas. Deveriam ter merenda e almôço na escola. Conhecia — e conheço — as dificuldades financeiras de meu Estado e sabia que ele não teria condições para pôr aquilo em funcionamento. Disse-me Anísio Teixeira: "Quero deixar o exemplo. Outros que arranjem o dinheiro."

Levou avante, e está funcionando.

O Sr. Heitor Dias — Ao lado desse empreendimento notável, há de estar lembrado V. Exa., nobre Senador Ruy Santos, da grande reforma que Anísio Teixeira introduziu na Secretaria de Educação, de que passou a ser titular. Desejando, sobretudo, tirar o professorado da influência política e dar à educação o sentido exato que devia ter, ele criou o conceito de educação que se transformou em dispositivo constitucional — e bem me lembro, como V. Exa. — foi relator o ilustre e pranteado Deputado José Bonifácio Marinho.

O SR. RUY SANTOS — Eu agradeço, e vou usar uma expressão meio pernóstica — essa achaça de V. Exa. ao depoimento que estou dando sobre Anísio Teixeira.

Anísio Teixeira, depois disso, foi Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação; foi Diretor da CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior), onde realizou uma obra em favor do melhoramento do pessoal de nível superior.

O Sr. Amaral Peixoto — Permite V. Exa. um aparte? (*Assentimento do orador*) — Falando sobre o Instituto de Estudos Pedagógicos, não posso, como Governador do Estado do Rio nessa época, deixar de testemunhar a grande cooperação que Anísio Teixeira deu a todos os Governadores esta-

missões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças.

O Plenário irá decidir se o projeto deve continuar em sua tramitação.

Em votação.

O SR. RUY SANTOS (Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, este Projeto de Lei da Câmara n.º 168, que altera o art. 1.º da Lei número 2.839, de 2 de agosto de 1956, já está atendido nos arts. 2.º, 3.º e 4.º do Decreto n.º 40.000. Além disso, o art. 25º da Constituição torna a matéria sobre funcionalismo da exclusiva competência do Sr. Presidente da República.

Nestes termos, o voto da ARENA é pela não tramitação do projeto.

O SR. DANTON JOBIM (Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, quero apenas manifestar a nossa concordância com a opinião aqui emitida pelo Sr. Senador Ruy Santos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a continuação da tramitação queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada a tramitação do projeto, que vai ao Arquivo, devendo ser feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

Item 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 192, DE 1966

(N.º 3.746-A/66, na Câmara)

Dispõe sobre a remessa de documentos gráficos e audiovisuais à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e à Biblioteca da Câmara dos Deputados, em Brasília, e dá outras providências.

Andamento: 10-8-66 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Constituição e Justiça, Diretora, de Educação e Cultura e de Finanças.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a continuação da tramitação, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A decisão do Plenário foi favorável ao prosseguimento da tramitação da matéria.

O projeto irá às Comissões competentes, que deverão emitir os pareceres no prazo de trinta dias, nos termos do § 2.º do art. 371 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

Item 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 300, DE 1966

(N.º 3.395-B/53, na Câmara)

Facilita aos Agrônomos e Veterinários, que se estabelecerem em zona rural, assistência econômica, por meio de empréstimos a longo prazo.

Andamento: 20-12-66 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Agricultura e de Finanças.

Os Srs. Senadores favoráveis à continuação da tramitação da matéria permaneceram sentados. (Pausa.)

Foi aprovada a continuação da tramitação da matéria.

O projeto irá às Comissões competentes que deverão emitir parecer dentro de trinta dias.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

Item 4

PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO N.º 40, DE 1954

(N.º 4.334-A/54, na Câmara)

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato de compra e venda celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e Verônica Carlini e outros, para efetivação da desapropriação de áreas com benfeitorias, situadas na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná.

Andamento: 30-7-54 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças. 23-9-59 — O Plenário decide que deve ter prosseguimento a tramitação da matéria. 13-4-62 — Reconstituído. 27-4-62 — Plenário — Aprovado o Requerimento n.º 161/62, solicitando inclusão em Ordem do Dia.

O SR. RUY SANTOS — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

— Tem a palavra o nobre Senador Ruy Santos.

O SR. RUY SANTOS (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o presente Projeto de Decreto Legislativo, de 1954, não tem mais razão de ser.

Quando o Tribunal negou o registro do contrato, foi assinado nova escritura e devidamente registrada.

A decisão do Tribunal mantendo o novo contrato teve andamento no Congresso Nacional e já é o Decreto Legislativo n.º 2, de 1967.

Assim sendo, Sr. Presidente, o voto da Liderança da ARENA é pela não tramitação da matéria. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a continuação da tramitação da matéria queiram ficar sentados. (Pausa.)

Foi rejeitada.

O projeto irá ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

Item 5

PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO N.º 60, DE 1965

(N.º 178-B/65, na Câmara)

Cria a Biblioteca do Congresso Nacional, e dá outras providências.

Andamento: 10-12-65 — Lido em Plenário e despachado às Comissões Diretora e de Finanças.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o prosseguimento da tramitação da matéria queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está aprovado. O projeto irá às Comissões competentes, que sobre ele deverão emitir parecer no prazo de 30 dias.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

— Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos para esta oportunidade.

Tem a palavra o nobre Senador Lourival Batista.

O SR. LOURIVAL BATISTA (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente,

venho hoje a esta tribuna para abordar um tema que interessa de perto ao Nordeste, e ao Estado de Sergipe muito em particular, embora a sua importância transponha as fronteiras Estaduais, e mesmo Regionais, e venha situar-se no contexto das grandes metas, e dos grandes feitos do terceiro Governo da Revolução.

As perspectivas que se abrirão, para o Nordeste e para o Brasil, com o inicio da exploração dos recursos minerais do subsolo sergipano podem ser equiparadas àquelas criadas pelo funcionamento do nosso Sistema de Telecomunicações, pelo inicio da implantação da Rodovia Transamazônica e também pelas descobertas de petróleo na plataforma submarina em Sergipe.

Grande é portanto a minha satisfação. Minha alegria decorre não apenas do fato de vislumbrar coroados de êxitos os meus modestos esforços e de quantos tenham de uma forma ou de outra trabalhado e lutado para assistir à essa feliz oportunidade. Eu não tenho dúvidas de que dentro de algum tempo estaremos participando das gestões, para implantar o projeto industrial nordestino, de maior significação econômica.

Para contentamento de quantos têm trabalhado pelo soerguimento do Nordeste, o ilustre Ministro das Minas e Energia, Antônio Dias Leite, em recente pronunciamento, declarou ao País a sábia decisão do Governo Federal de abrir, no País e no Exterior, concorrência para exploração das valiosas jazidas de sais de potássio existentes no subsolo sergipano.

Na semana passada o ilustre Presidente da PETROBRÁS, General Ernesto Geisel, esteve em Sergipe em viagem de inspeção à Região de Produção, tendo visitado o digno governador Paulo Barreto de Menezes quando, na oportunidade, afirmou que o expediente para abertura de concorrência internacional para exploração de potássio em Sergipe já havia sido enviado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pelo Ministro das Minas e Energia e que a PETROBRÁS iria ter participação na Empresa encarregada de fazer a exploração.

O Governo do Presidente Garrastazu Médici já deu suficientes exemplos de

que não teme obstáculos. No mesmo passo, a Revolução vitoriosa de Março de 1964, mantém-se com obstinação no princípio de que aquilo que se tiver de fazer pelo engrandecimento da Pátria se fará.

Dai a segurança e a certeza de que decorre por conseguinte o meu entusiasmo e a minha satisfação.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, as informações sobre os recursos minerais de Sergipe ainda não são completas. E, até pouco tempo, dispunha-se apenas de ligeiras informações sobre ocorrências de sal-gema, potássio, calcário, mármore e águas minerais; todavia sem qualquer dado técnico, estudo ou avaliação que indicasse a viabilidade de seu aproveitamento para fins industriais.

As primeiras indicações da presença de depósitos de sal-gema na bacia sedimentar sergipana datam do ano de 1941, quando a ITATIG, que iniciava pesquisas de óleo nas vizinhanças de Aracaju, constatou no Município de Nossa Senhora do Socorro a existência de jazidas salíferas. Já naquela oportunidade e pela primeira vez riquezas minerais de Sergipe foram objeto de estudo e comentário, tendo a ITATIG providenciado a fundação de uma empresa sob a denominação de IBASA, com o objetivo de explorar sal-gema no Estado, cujo projeto, por questões técnicas, mostrou-se inviável posteriormente.

A partir do inicio do último decênio, entretanto, as pesquisas realizadas pela PETROBRÁS no subsolo sergipano foram intensificadas, atingindo várias áreas da bacia sedimentar do Estado. E, em 15 de agosto de 1963, finalmente, a PETROBRÁS via cobrir-se de êxito seu tenaz e eficiente trabalho com a descoberta, no município sergipano de Carmópolis, de petróleo comercial pela primeira vez encontrado fora do Recôncavo Baiano.

O evento que tomou espaço em toda a imprensa nacional, e mesmo internacional, encheu de júbilo e esperança os brasileiros, e de um modo especial o povo sergipano.

Mas a PETROBRÁS, no labor de suas pesquisas, não havia descoberto apenas o petróleo no subsolo de Sergipe. Na esteira de suas conquistas,

estavam assinaladas com destaque, diversas ocorrências minerais de alta significação econômica, volumosas e constantes em quase toda a área pesquisada. Anunciava-se a existência de espessas camadas de sais solúveis, numa área de 2.000km² em subsuperfície, notadamente nos Municípios de Carmópolis, Siriri e Santa Rosa de Lima.

O conhecimento ainda precário desses recursos minerais, foram objeto de debate na SUDENE, e levaram a Sergipe, por 3 anos, diversos grupos econômicos, nacionais e mesmo internacionais, e motivou a celebração de um convénio, entre a SUDENE e o Fundo Especial das Nações Unidas, para estudo do sal-gema em Sergipe e Alagoas.

Em agosto de 1967, quando da instalação do Governo Federal na cidade do Recife, tive oportunidade de entregar, pessoalmente, ao Saudoso Presidente Costa e Silva, um memorial, no qual solicitava de Sua Excelência, uma definição para o caso do potássio sergipano, posto que, decorridos 4 anos da descoberta das ocorrências, nada ou quase nada se tinha feito objetivando a implementação dos estudos. Naquela oportunidade, apoiado nas sugestões dos órgãos competentes, o eminente Presidente Costa e Silva tomou a histórica deliberação de constituir reserva nacional de sal-gema e potássio, uma área de 425 km² no Estado de Sergipe, pelo Decreto nº 61.157, de 16 de agosto de 1967. E, no mesmo Decreto, atribuiu ao Ministério das Minas e Energia, por intermédio do Departamento Nacional da Produção Mineral, a realização com exclusividade das pesquisas para determinação do verdadeiro valor das ocorrências, fixando o prazo de 2 anos para conclusão dos trabalhos.

Posteriormente, o Ministro das Minas e Energia, José Costa Cavalcante, através da Portaria de 7 de maio de 1968, delegou competência ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral, para realização das pesquisas, organização e instalação do projeto potássio, com o fim previsto no Decreto Presidencial.

No dia 23 de julho de 1969, por ocasião da centésima nona reunião ordinária do Conselho Deliberativo da

SUDENE, realizada na Cidade de Recife, tive o ensejo de comunicar ao Senhor Superintendente e os ilustres e dignos membros do Conselho resultados concretos e altamente alvissareiros dos trabalhos realizados pela equipe do projeto potássio, encaminhado, a seguir, à Presidência da Mesa, testemunhos de sais de potássio e outros minerais.

Devo acrescentar que êsses testemunhos também foram entregues pessoalmente por mim ao Ministro das Minas e Energia, Professor Antônio Dias Leite, no dia 5 de agosto de 1969.

E os entreguei, igualmente, ao saudoso Presidente Costa e Silva, no dia 6 de agosto do mesmo ano, no Palácio do Planalto, quando fomos recebidos em audiência especial, para tratar do assunto relativo à exploração do potássio em Sergipe, o que foi noticiado pelos jornais, inclusive pela revista *Visão*, na página 64 do seu número 5, volume 35, de 29 de agosto de 1969.

Até o presente, Senhor Presidente e Senhores Senadores, são conhecidos, além do sal-gema, que não teve sua cubagem estimada pelo fato de ser encontrada, praticamente, em toda bacia sedimentar; a Carnalita, ainda não aproveitada industrialmente, estimada, na área delimitada, em 5 bilhões de toneladas; Tachidrita, mineral raro, só encontrado, em certo vulto, no Congo Francês, estimada em 4 bilhões de toneladas, considerado a maior jazida do mundo; e, finalmente, a Silvinita, de grande valor para a produção de fertilizantes potássicos, cuja reserva é estimada em um bilhão de toneladas.

Como vêem Vossas Excelências, nos últimos três anos, passos significativos foram dados visando à definição de uma política adequada para o aproveitamento desses recursos minerais.

O que significa, para a economia nacional, a exploração e industrialização desses minérios? Que repercussão terá na renda do Nordeste e do Estado de Sergipe, o aproveitamento integral dessas matérias primas? São perguntas cujas respostas ainda não podem ser dadas com segurança.

Os dados técnicos disponíveis, no momento, as confirmações que estão sendo obtidas nos estudos em anda-

mento, são, tecnicamente, favoráveis à implantação de um grande projeto industrial.

O Governador João de Andrade Garcez, que me sucedeu na Chefia do Executivo Sergipano, assinou, dias antes de deixar o Governo, contrato com Escritório especializado, para realização de estudo de viabilidade econômica de projeto de industrialização do potássio existente em Sergipe. Não tenho dúvida que o atual Governador Paulo Barreto de Menezes, com os propósitos que o animam e com o elevado espírito público de que é dotado, incentivará providências e medidas concretas, visando o bom êxito do empreendimento.

O SR. Heitor Dias — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. LOURIVAL BATISTA — Com muito prazer, nobre Senador.

O SR. Heitor Dias — Quero congratular-me com V. Exa. pelos informes que traz à Casa, sobre a riqueza do subsolo sergipano, que não interessa, apenas, ao Estado de Sergipe, mas à própria economia nacional. Quero, ainda, louvar V. Exa. pelo interesse com que aborda o assunto, demonstrando, assim, seu apreço, sua estima àquele grande povo, a quem a gente balana também está ligada e a quem tanto deve na construção do progresso comum dos dois Estados.

O SR. LOURIVAL BATISTA — Agradeço a V. Exa., ilustre Senador Heitor Dias, o aparte. E acrescento: tenho a certeza de que o potássio e outros minérios serão explorados, dentro de breve tempo, trazendo riquezas não só para o nosso Estado, como para o Nordeste e para o Brasil.

(Retomando a leitura.)

Tudo leva a crer, por conseguinte, na grande possibilidade da implantação de um complexo mineral químico em Sergipe, para servir ao nosso Estado e, principalmente, ao desenvolvimento da economia brasileira.

As importações nacionais de fertilizantes potássicos evoluíram de 168.132 toneladas em 1963, para 313.735 toneladas em 1968, com um dispêndio de divisas da ordem de 11 milhões de dólares. Esses quantitativos, na verdade, não são muito sig-

nificativos e dificilmente justificariam, por si só, a implantação de uma unidade produtora, cujos investimentos iniciais, isto é, da fase de mineração, situam-se na casa de 500 milhões de cruzeiros, podendo elevar-se êsses dispêndios até 2 bilhões e 500 milhões de cruzeiros, para a industrialização.

Há, entretanto, Senhor Presidente e Senhores Senadores, vários outros fatores que estão sendo considerados, e fundamentam a ênfase que estou dando à exploração, e industrialização dos minérios sergipanos. Passo a enumerar aqui os fatores que justificam a presente tese:

- a) o consumo nacional de fertilizantes potássicos, duplicou nos últimos cinco anos, e a taxa de crescimento da demanda tende a acelerar-se;
- b) na região Centro-Sul do País, o consumo de fertilizantes, já alcança de 45 a 50 quilos por hectare, enquanto que a média nacional atinge apenas a 8 quilos por hectare;
- c) o consumo de nutrientes em quilograma por hectare cultivado, é de 37,2, na Europa Ocidental, 23,3, da área Socialista, 46, nos Estados Unidos, 18,8, no Japão, e 71,4 na Austrália. Enquanto isso, o da África é de 2,3, no Oriente Médio é de 2,0, e na América Latina 5,7. Isto vem demonstrar as possibilidades do mercado Latino Americano em futuro próximo;
- d) o consumo mundial de fertilizantes evoluiu de 7.500.000 toneladas em 1945, para 53.500.000 toneladas em 1970, aumentando mais de 7 vezes em 25 anos;
- e) o incremento da população, de par com o processo de desenvolvimento, há de exigir, ano após ano, maior oferta de alimentos agrícolas, o que implicará na maior demanda de fertilizantes e corretivos;
- f) a gama de produtos derivados do potássio, é praticamente inumerável;
- g) a mineração dos sais de potássio, pelo fato de estar associado ao cloreto de sódio, importa

em que este virá a ter custo de mineração perto de zero.

Ai ficam alinhadas razões que militam em favor da industrialização do potássio.

Tenho, por certo, Senhor Presidente e Senhores Senadores, por essas considerações, ligeiramente apresentadas, que se os problemas de ordem técnica não forem insuperáveis, que já está plenamente justificado o empenho do Governo Federal, no sentido de dar aproveitamento, tão imediato quanto possível, aos recursos minerais do subsolo sergipano. Essa louvável determinação insere-se adequadamente, no esforço empreendido, no sentido de reduzir a inflação brasileira, a um nível compatível com o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, melhorar os níveis de vida da população.

Pesquisas realizadas revelam que cerca de 30% da população brasileira ainda vivem em regime subalimentar. Para corrigir essa situação, além das mudanças dos hábitos de consumo, tão propaladas, há necessidade de produzir maiores quantidades de alimentos. E isto só será possível pela adoção de uma tecnologia mais avançada, e pelo uso mais intensivo dos corretivos e fertilizantes.

A nossa produtividade agrícola é baixa, esse fato decorre, também, de que o uso de fertilizantes no Brasil, está muito aquém dos padrões, que ensejam a colheita de maior volume por unidade cultivada.

A industrialização dos sais de potássio sergipano, por tudo isso, pelo fato de possibilitar o seu uso maior rendimento do setor agrícola, pela certeza de economizar divisas, e diversificar nossa pauta de exportação deve merecer de todos e desta Casa, o tratamento prioritário, que vem obtendo do Chefe do Poder Executivo.

Por outro lado, o aproveitamento das jazidas sergipanas, com vistas ao potássio, possibilitará, ainda, a recuperação do magnésio metálico e alguns derivados, através de processo eletrolítico, e o cloro, de produção paralela, poderá vir a ser utilizado em esquemas de indústria petroquímica do Nordeste, cuja prioridade já está definida. Se confirmada a existência de gás natural em volume que convenha aos esquemas econômicos,

crescem as perspectivas de implantação de um complexo industrial químico em Sergipe. E, quanto ao sal-gema, pelo fato do seu custo de mineração descer a perto de zero, pode justificar, a implantação de um projeto industrial, para produção de ácalis.

Dos 30% de brasileiros subalimentados, calculo que mais da metade são nordestinos, que vivem e trabalham na própria região, onde é grande a escassez de emprego, sofrendo, ainda, as agruras impostas pelas oscilações climáticas, que lhes reduz a produtividade, e lhes impede de realizar-se como pessoa humana. É, pois, ali que cabe o maior esforço do Governo, mas um esforço produtivo, planejado e consequente, que potencialize e crie condições, para que o desenvolvimento tenha auto-expansão. Merecem pois, por todos os aspectos, apoio total as providências articuladas pelo Governo do eminentíssimo Presidente Garrastazu Médici, para levar a efeito empreendimento de tamanha magnitude e capacidade germinativa.

Pelo que tenho observado, o desenvolvimento nordestino, que encontra na SUDENE seu principal escopo, vem perdendo dinamismo. A industrialização regional, pelo processo de substituição de importações do Centro-Sul, não parece ter largas perspectivas. Entendo ser necessário produzir bens para faixas próprias de consumo, e que além do mercado nacional, vise também ao exterior.

Deve-se dar prioridade à implantação de projeto, cuja garantia não dependa da isenção fiscal. A industrialização dos recursos minerais sergipanos, estou convencido, tem características que podem suprir essas deficiências, do processo de industrialização regional.

É indispensável elevar a produtividade na agricultura nordestina, por quanto tem papel fundamental na dinâmica do desenvolvimento, e isto depende também de oferta, a baixo custo, e sem oscilações de preço, dos insumos básicos para o setor, onde os fertilizantes e corretivos, são carentes e insubstituíveis.

Está, portanto, ai não apenas uma linha de ação para a SUDENE, na formulação dos seus programas de trabalho, mas que isto, uma grande oportunidade para investimento dos

seus vultosos recursos próprios e dos oriundos do 34/18.

O estudo dos minerais sergipanos, já tem meio caminho andado. Cabe, concentrar esforços e recursos no sentido de serem conhecidos todos os seus usos, todos os produtos que deles podem derivar, e estudar quais os projetos que oferecem maior viabilidade econômica, promovendo a sua implantação dentro de um programa de grande alcance.

Cumpre, e já, passarmos da fase de simples planos, decorrentes dos sucessos da prospecção, para a fase de realizações concretas dentro do real conhecimento das riquezas nordestinas e de suas imensas possibilidades para o progresso do Brasil. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)
— Tem a palavra o Sr. Senador Dinarthe Mariz. (Pausa.)

S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES
(Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, dois assuntos relativos ao INPS me trazem à tribuna. Um deles diz respeito à situação dos médicos que, tendo direito ao salário-produtividade, estão com o pagamento em atraso há cerca de quatro meses e resolveram encaminhar um memorial diretamente ao Presidente da República.

Estou aqui para apoiar essa reivindicação, justamente no momento em que o INPS se vê a braços com uma crise, no meu modo de entender grave, com os hospitais e as casas de saúde.

Se a instituição não prestigia os seus auxiliares, creio que o que está acontecendo irá se aprofundar, com riscos bem ponderáveis para a assistência que o INPS vem prestando aos seus associados.

O memorial ao Presidente Médici refere-se ao atraso de cerca de quatro meses do pagamento do salário-produtividade a que têm direito esses médicos, os quais aproveitam a oportunidade para reivindicar melhoria dos vencimentos, que atualmente orçam na casa de Cr\$ 750,00.

O salário-produtividade foi a forma encontrada pela direção do Instituto para melhorar os vencimentos dos médicos que não acreditam mais nas boas intenções, pois não estão recebendo em dia aquilo que lhes é devido.

Alegam que, no momento em que se abre luta contra os hospitais e casas de saúde, que usam os cofres do INPS, estão em verdadeiro estatuto de mendicância, pleiteando justamente aquilo que lhes é devido.

No ano passado não receberam os novos salários, além de não ganharem o período de férias. Desestimulados pelos órgãos dos Estados, que não se interessam pelo problema da organização do Instituto, que não atenderam ao apelo dos médicos, estes resolveram dirigir ao Presidente da República o memorial.

Sr. Presidente, faço cônico com esta reivindicação, que considero justa, atendendo assim a um apelo dos médicos do INPS lotados não apenas no Estado do Rio, como também na Guanabara.

Outro assunto, relativamente ao INPS, diz respeito à Capital do meu Estado, onde o Instituto mantém um edifício que abriga cerca de 336 famílias que estão passando por todo tipo de privações, desde a constante falta d'água à sujeira total no edifício, com ameaça de epidemias de tifo e hepatite. Esse problema já foi ventilado pela Assembléia Legislativa do meu Estado e pela Câmara Municipal de Niterói.

O Presidente do Instituto dos Bancários, Sr. Silvio Lessa, afirmou achar estranho que o INPS recolha dos moradores cerca de 25 mil cruzeiros mensais a título de condomínio e entregue o serviço de conservação a uma firma particular.

Outro fato estranhado, segundo o Sr. Silvio Lessa, é que o INPS até hoje não cuidou de formar um condomínio entre os próprios moradores, como seria justo e legal.

Segundo o Presidente do Instituto dos Bancários, dos 336 apartamentos, a autarquia só possui 5, estando os restantes vendidos.

Denunciou que a firma encarregada de zelar pelo edifício tem, por obri-

gação contratual, de manter 21 elementos para conservação, mas só utiliza 10, embora receba do INPS pelo total previsto no contrato.

Tudo isto, Sr. Presidente, vai ser levado ao conhecimento do Ministro do Trabalho, o honrado Professor Júlio Barata. Mas eu me antecipo ao ofício que será feito, já denunciando da Tribuna aquilo que está afligindo os associados do INPS no meu Estado.

Então, Sr. Presidente, peço providências a respeito e, daqui da Tribuna, hipoteco a minha solidariedade, tanto aos médicos como ao Sindicato dos Bancários do meu Estado, para essas justas reivindicações que estão formulando, primeiro ao Sr. Presidente da República e, segundo, ao Sr. Ministro do Trabalho.

A propósito desses dois assuntos, transcrevo notícias veiculadas pela imprensa, nestes termos:

"MÉDICOS DO INPS DENUNCIAM ATRASO NOS VENCIMENTOS E VÃO PEDIR AUMENTO A MÉDICI"

Médicos do INPS vão preparar um memorial a ser encaminhado ao Presidente da República, denunciando o atraso de três meses no pagamento do salário-produtividade a que têm direito, além de reivindicar uma melhoria nos vencimentos, atualmente de Cr\$ 750,00.

O salário-produtividade foi uma fórmula encontrada pela direção do Instituto para melhorar os rendimentos dos médicos, que não acreditam nas boas intenções, "pois de nada adianta a medida se não pagam em dia".

Argumento

Alegam os médicos que "no momento em que se abre uma luta contra os hospitais e casas de saúde que sugam os cofres do INPS, vivemos a mendigar o que é de direito". No ano passado, explicam, só receberam nove salários, além de não ganharem o período de férias.

Desestimulados porque os órgãos de classe não se interessaram pelo problema e a direção do Instituto não atendeu aos apelos, os mé-

dicos vão recorrer ao Presidente Médici, só não o tendo feito ainda por temer represálias da direção do INPS. Agora resolveram agir.

"SINDICATO LEVA AO MINISTRO SITUAÇÃO DO "SÃO SEBASTIÃO"

O presidente do Sindicato dos Bancários de Niterói, Sr. Silvio Lessa, enviará memorial ao Ministro do Trabalho denunciando o abandono a que o Instituto Nacional da Previdência Social relegou o Edifício São Sebastião, dos Bancários, "onde 336 famílias passam por todo tipo de privações que vão desde a constante falta de água à sujeira total no prédio, com ameaça de epidemia de tifo e hepatite".

O problema será ventilado na Câmara Municipal de Niterói, através do vereador emedebista Dircilio Rocha que oficiará ao superintendente regional do INPS e às autoridades de saúde pública pedindo providências. Entende o vereador "que já está caracterizado o estado de calamidade pública no prédio sem que qualquer providência tenha sido tomada".

Estranho

O Sr. Silvio Lessa afirmou achar estranho que o INPS recolha cerca de Cr\$ 25 mil mensais, a título de condomínio dos moradores, e entregue o serviço de conservação a uma firma particular.

Outro fato estranhável, revelou, é que o INPS não tenha até hoje cuidado de formar um condomínio entre os próprios moradores, como seria justo e legal. Ainda mais, asseverou que dos 336 apartamentos a autarquia só possui cinco, estando os restantes vendidos.

Denunciou que a firma encarregada de zelar pelo Edifício tem, por obrigação contratual, de manter 24 elementos na conservação, mas só utiliza dez, embora receba do INPS pelo total previsto no contrato.

Tudo isso, disse o presidente do Sindicato dos Bancários, será levado ao conhecimento do Mi-

nistro Júlio Barata de quem aguardamos sérias providências. A renovação do contrato do INPS com a firma conservadora também foi considerada ilegal pelo Sr. Silvio Lessa.

— Ano passado a Superintendência da autarquia prometeu à direção do Sindicato que não renovaria o contrato, mas não cumpriu a palavra e firmou novo compromisso por mais um ano.”

É só, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma Sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 21 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Leitura das Mensagens Presidenciais n.ºs 6, 7, 8 e 9, de 1971, pelas quais o Sr. Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional os Decretos-leis n.ºs 1.139 a 1.142, de 1970.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a Sessão, anunciarão, antes, para a Sessão ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

I

MATÉRIAS INCLUÍDAS EM ORDEM DO DIA PARA QUE O PLENÁRIO DELIBERE SE DEVEM TER PROSSEGUIMENTO

(§ 1.º do art. 371 do Regimento Interno)

1

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 44, DE 1962

Isenta das prescrições da Lei n.º 4.090, de 13-7-62, as instituições de caráter beneficente, cultural e assistencial.

(Autor: Padre Calazans)

Andamento: 19-9-62 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Legis-

lação Social. Lidos os Pareceres n.ºs 33 e 34/63, das Comissões: — de Constituição e Justiça, favorável; — de Legislação Social, pela rejeição. 29-3-63 — Plenário — Aprovado em 1.º turno; com Emenda Substitutiva. Volta às Comissões.

2

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 13, DE 1967

Altera o § 1.º do art. 11 da Lei n.º 4.494, de 25-11-64, e acrescenta-lhe novo parágrafo (Lei do Inquilinato).

(Autor: Vasconcelos Torres)

Andamento: 19-4-67 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social; 1-9-67 — Plenário — Lidos Pareceres favoráveis das Comissões, sob números 562 e 563, de 1967; 10-10-67 — Plenário — Aprovado em 1.º turno; 9-11-67 — Plenário — Aprovado em 2.º turno; 9-11-67 — A Comissão de Redação.

II

MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NORMAL

3

REQUERIMENTO N.º 8, DE 1971

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 8, de 1971, de autoria do Sr. Senador Cattete Pinheiro, solicitando desarquivamento do Projeto de Resolução n.º 19/68, que “estabelece prêmio ‘Isaac Brown’ ao funcionário público federal”.

4

REQUERIMENTO N.º 9, DE 1971

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 9, de 1971, de autoria do Sr. Senador Adalberto Sena, solicitando desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 17/69, que “estabelece jornada de trabalho de motorista profissional, a serviço dos transportes coletivos de passageiros, e dá outras providências”.

5

REQUERIMENTO N.º 10, DE 1971

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 10, de 1971, de autoria do

Sr. Senador Adalberto Sena, solicitando desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 14/70, que “proíbe a referência à filiação ilegítima nos registros civis das pessoas naturais”.

6

REQUERIMENTO

N.º 12, DE 1971

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 12, de 1971, de autoria do Sr. Sen. Adalberto Sena, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 4, de 1970, que “estabelece limite máximo para a cobrança dos direitos autorais e os conexos, relativos a obras litero-musicais divulgadas pelas permissionárias ou concessionárias dos serviços de radiodifusão e radiotelevisão legalmente instaladas no País, e dá outras providências”.

7

REQUERIMENTO

N.º 13, DE 1971

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 13, de 1971, de autoria do Sr. Senador Adalberto Sena, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 29, de 1970, que “estabelece normas para o pagamento de pensão prevista na Lei n.º 4.656, de 2-6-65, aos beneficiários dos empregados de sociedades de economia mista, demitidos em consequência dos Atos Institucionais editados a partir de 9 de abril de 1964, e dá outras providências”.

CONGRESSO NACIONAL

I

Matérias em Tramitação

1) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
N.º 3, DE 1970 (CN)

Fixa normas para o cumprimento do disposto nos artigos 98 e 108, § 1.º, da Constituição (Paridade Salarial no Serviço Público Civil Brasileiro).

Comissão Mista

Presidente: Senador Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Deputado Passos Pôrto

Relator: Deputado Ary Alcântara

Calendário

Dias 15, 16, 17, 18, 19 e 20-4-71 — Apresentação de emendas perante a Comissão;

Dia 22-4-71 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

**2) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
N.º 1, DE 1971 (CN)**

Institui o programa de assistência ao trabalhador rural, e dá outras providências.

Comissão Mista

Presidente: Senador Flávio Brito

Vice-Presidente: Deputado Delson Scarano

Relator: Deputado Ildélio Martins

Calendário

Dias 15, 16, 17, 18, 19 e 20-4-71 — Apresentação de emendas perante a Comissão;

Dia 28-4-71 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 15 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 2-5-71 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 3-5-71 — Publicação do parecer.

Prazos

Inicio: 13-4-71, e término: 21-5-71.

II**SESSÕES CONVOCADAS****PARA LEITURA DE MENSAGENS**

Dia 15 às 21 horas:

Mensagem n.º 14/71 (CN), n.º 13/71, na origem, que encaminha texto do Decreto-lei n.º 1.147, de 13 de janeiro de 1971, que "altera, para o exercício de 1971, a distribuição do produto da arrecadação dos impostos únicos";

Mensagem n.º 15/71 (CN), n.º 14/71, na origem, que "encaminha texto do Decreto-lei n.º 1.148, de 22 de janeiro de 1971, que "dá nova redação ao art. 2.º do Decreto-lei n.º 1.144, de 31 de dezembro de 1970";

Mensagem n.º 16/71 (CN), n.º 15/71, na origem, que encaminha texto do Decreto-lei n.º 1.149, de 28 de janeiro de 1971, que "estabelece condições para a filiação de entidades sindicais brasileiras a organizações internacionais";

Mensagem n.º 17/71 (CN), n.º 16/71, na origem, que encaminha texto do Decreto-lei n.º 1.150, de 3 de fevereiro de 1971, que "reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares do Poder Executivo, e dá outras providências";

Dia 16, às 10 horas:

Mensagem n.º 18/71 (CN), n.º 17/71, na origem, que encaminha texto do Decreto-lei n.º 1.151, de 4 de fevereiro de 1971, que "autoriza o Poder Executivo a desapropriar área de terra que menciona, na propriedade da Prefeitura Municipal de Teresina, Estado do Piauí";

Mensagem n.º 19/71 (CN), n.º 18/71, na origem, que encaminha texto do Decreto-lei n.º 1.152, de 24 de fevereiro de 1971, que "reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares do Distrito Federal, e dá outras providências";

Mensagem n.º 20/71 (CN), n.º 19/71, na origem, que encaminha texto do Decreto-lei n.º 1.153, de 1.º de março de 1971, que "altera a redação do artigo 9.º do Decreto-lei n.º 401, de 30 de dezembro de 1968";

Mensagem n.º 21/71 (CN), n.º 20/71, na origem, que encaminha texto do Decreto-lei n.º 1.154, de 1.º de março de 1971, que "estabelece a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM) baseada na Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas (NAB), adapta a Tarifa Aduaneira à referida Nomenclatura, e dá outras providências";

Dia 16, às 14 horas:

Mensagem n.º 22/71 (CN), n.º 21/71, na origem, que encaminha texto do Decreto-lei n.º 1.155, de 3 de março de 1971, que "dispõe sobre a entrega das parcelas pertencentes aos Municípios do produto da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias";

Mensagem n.º 23/71 (CN), n.º 22/71, na origem, que encaminha texto do Decreto-lei n.º 1.156, de 9 de março de 1971, que "dispõe sobre a prestação

dos serviços de propriedade industrial, e dá outras providências";

Mensagem n.º 24/71 (CN), n.º 23/71, na origem, que encaminha texto do Decreto-lei n.º 1.157, de 12 de março de 1971, que "altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados";

Mensagem n.º 25/71 (CN), n.º 24/71, na origem, que encaminha texto do Decreto-lei n.º 1.158, de 16 de março de 1971, que "dispõe sobre estímulos à exportação de produtos manufaturados";

Dia 16, às 16 horas:

Mensagem n.º 26/71 (CN), n.º 25/71, na origem, que encaminha texto do Decreto-lei n.º 1.159, de 17 de março de 1971, que "dá nova redação ao caput do art. 1.º do Decreto-lei número 1.145, de 31 de dezembro de 1970";

Mensagem n.º 27/71 (CN), n.º 26/71, na origem, que encaminha texto do Decreto-lei n.º 1.160, de 17 de março de 1971, que "dispõe sobre a concessão de isenção de imposto de importação a bens e equipamentos destinados à pesquisa científica, e dá outras providências";

Mensagem n.º 28/71 (CN), n.º 34/71, na origem, que encaminha texto do Decreto-lei n.º 1.161, de 19 de março de 1971, que "dispõe sobre os abatimentos da renda bruta e deduções do Imposto de Renda, realizados por pessoas físicas em decorrência de aplicações financeiras de interesse econômico ou social";

Mensagem n.º 29/71 (CN), n.º 37/71, na origem, que encaminha texto do Decreto-lei n.º 1.164, de 1.º de abril de 1971, que declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais as terras devolutas situadas ao longo e de cada lado dos eixos rodoviários nacionais que menciona, e dá outras providências";

Mensagem n.º 30/71 (CN), n.º 38/71, na origem, que encaminha texto do Decreto-lei n.º 1.165, de 1.º de abril de 1971, que "dispõe sobre estímulos fiscais a fornecimentos de produtos manufaturados feitos no mercado interno".

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

— Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 17 horas e 50 minutos.)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Para estudo e parecer sobre o Projeto de Lei Complementar n.º 1, de 1971 (CN), que "institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências".

1.ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1971

As vinte e uma horas do dia treze de abril de mil novecentos e setenta e um, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Flávio Brito, Benedito Ferreira, Wilson Campos, Virgílio Távora, Helvídio Nunes, Matos Leão, Saldanha Derzi, Lenoir Vargas, Carvalho Pinto, Franco Montoro e os Senhores Deputados Albino Zeni, José Carlos Fonseca, Daniel Faraco, Delson Scarano, Ernesto Valente, Ildélio Martins, Laerte Vieira, Francisco Amaral, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sobre o Projeto de Lei Complementar n.º 1, de mil novecentos e setenta e um (CN), que "Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Orlando Zancaner e Deputados Álvaro Gaudêncio e Flávio Giovine.

Cumprindo determinação do Senhor Senador Virgílio Távora, digo do parágrafo segundo do artigo dez do Regimento Comum, o Senhor Senador Virgílio Távora assume a Presidência e declara instalada a Comissão.

O Senhor Senador Nelson Carneiro, como Líder do MDB, pede a palavra e tece considerações acerca da maneira como vêm sendo preenchidos os cargos de direção nas Comissões Mistas, os quais, a seu ver, deveriam obedecer ao critério de rodízio.

Continuando os trabalhos e em obediência a preceito regimental, o Senhor Presidente determina as providências necessárias para proceder à eleição do Presidente e Vice-Presidente. Após as distribuições das cédulas, são convidados para escrutinadores o Senhor Senador Saldanha Derzi e o Senhor Deputado Laerte Vieira.

Encerrada a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Flávio Brito 16 votos
Em branco 3 votos

Para Vice-Presidente:

Deputado Delson Scarano 17 votos
Em branco 2 votos

O Senhor Presidente eventual proclama eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão os Senhores Senador Flávio Brito e Deputado Delson Scarano.

O Senhor Senador Flávio Brito assume a presidência e agradece a confiança manifestada pelos seus pares elegendo-o para presidente deste órgão.

De acordo com o parágrafo terceiro do artigo dez do Regimento Comum, o Senhor Presidente designa para relator da matéria o Senhor Deputado Ildélio Martins. Prosseguindo, o Senhor Presidente lê o artigo onze e seus parágrafos, do Regimento Comum, que regerão os trabalhos da Comissão.

O Senhor Relator pede a palavra e comunica que apresentará o seu parecer no dia vinte e oito do corrente, às quinze horas, ficando marcada a próxima reunião da Comissão para este dia.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros. — Flávio Brito — Benedito Ferreira — Wilson Campos — Virgílio Távora — Helvídio Nunes — Matos Leão — Saldanha Derzi — Lenoir Vargas — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Albino Zeni — José Carlos Fonseca — Daniel Faraco — Delson Scarano — Ernesto Valente — Ildélio Martins — Laerte Vieira — Francisco Amaral.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Flávio Brito

Vice-Presidente: Deputado Delson Scarano

Relator: Deputado Ildélio Martins

ARENA

Senadores	Deputados
1. Flávio Brito	1. Albino Zeni
2. Benedito Ferreira	2. Álvaro Gaudêncio
3. Wilson Campos	3. José Carlos Fonseca
4. Orlando Zancaner	4. Daniel Faraco
5. Virgílio Távora	5. Delson Scarano
6. Helvídio Nunes	6. Ernesto Valente
7. Matos Leão	7. Flávio Giovine
8. Saldanha Derzi	8. Ildélio Martins
9. Lenoir Vargas	
10. Carvalho Pinto	

MDB

1. Franco Montoro	1. Laerte Vieira
2. Francisco Amaral	2. José Mandelli Filho
3. José Mandelli Filho	

Calendário

Dia 13-4-71 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 13-4-71 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias, 14, 15, 16, 17, 18, 19 20 e 21-4-71 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 28-4-71 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 15 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 2-5-71 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 3-5-71 — Publicação do parecer.

Prazo

Início: 13-4-71 e término: 21-5-71.

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal. — Telefone: 43-6677 — Ramais 303 e 305.

Aviso

- 1 — a Comissão receberá emendas nos dias 14 (quatorze), 15 (quinze), 16 (dezesseis), 17 (dezessete), 18 (dezotto), 19 (dezenove), 20 (vinte) e 21 (vinte e um) de abril de 1971;
- 2 — as emendas deverão ser encaminhadas ao 11.º andar, do Anexo do Senado Federal, nos horários das 9 (nove) às 19 (dezenove) horas e, durante à noite, quando houver Sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;
- 3 — término do prazo para apresentação de emendas na Comissão:

dia 21, às 19 horas;

- 4 — as emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;
- 5 — ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, constantes do § 2.º do artigo 11 do Regimento Comum, para recebimento de recursos;
- 6 — durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e
- 7 — a apresentação do parecer do Relator perante a Comissão dar-se-á no dia 28 (vinte e oito) de abril, às 15 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Congresso Nacional, em 13 de abril de 1971. — Senador Flávio Brito, Presidente.

Local de funcionamento ininterrupto da Secretaria da Comissão: Diretoria das Comissões, Seção de Comissões Mistas, 11.º andar do Anexo do Senado. — Telefone: 43-6677 — Ramais: 303 e 305. — Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão.

ASSINATURAS DO**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**
(SEÇÃO II)

devem ser solicitadas, diretamente, ao

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Caixa Postal 1.503

Praça dos Três Poderes

Brasília — DF.

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGAVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL.

PREÇOS DAS ASSINATURAS:

Via Superfície:
Semestre .. Cr\$ 20,00
Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:
Semestre ... Cr\$ 40,00
Ano Cr\$ 80,00

M E S A

Presidente:

Petrônio Portella (ARENA - PI)

1º-Vice-Presidente:

Carlos Lindenberg (ARENA - ES)

2º-Vice-Presidente:

Ruy Carneiro (MDB - PB)

1º-Secretário:

Ney Braga (ARENA - PR)

2º-Secretário:

Clodomir Millet (ARENA - MA)

3º-Secretário:

Guido Mondin (ARENA - RS)

4º-Secretário:

Duarte Filho (ARENA - RN)

1º-Suplente:

Renato Franco (ARENA - PA)

2º-Suplente:

Benjamin Farah (MDB - GB)

3º-Suplente:

Lenoir Vargas (ARENA - SC)

4º-Suplente:

Teotônio Vilela (ARENA - AL)

C O M I S S Õ E S

Diretora: Edith Balassini.
 Local: Anexo — 11.º andar.
 Telefones: 42-6933 e 43-6677 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes.
 Local: 11.º andar do Anexo.
 Telefone: 43-6677 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
 Vice-Presidente: Matos Leão

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Flávio Brito	Tarso Dutra
Paulo Guerra	João Cleofas
Daniel Krieger	Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto	Adalberto Sena
----------------	----------------

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.
 Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Externas.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
 Vice-Presidente: Benedito Ferreira

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
José Guiomard	Saldanha Derzi
Waldemar Alcântara	Ozires Teixeira
Dinarte Mariz	Lourival Batista

MDB

Adalberto Sena	Franco Montoro
----------------	----------------

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger

Vice-Presidente: Accioly Filho

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Daniel Krieger	Carvalho Pinto
Accioly Filho	Orlando Zancaner
Milton Campos	Arnon de Mello
Wilson Gonçalves	João Calmon
Gustavo Capanema	Matos Leão
José Lindoso	Vasconcelos Torres
José Sarney	
Emíval Calado	
Helvídio Nunes	
Antônio Carlos	
Eurico Rezende	
Heitor Dias	

MDB

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de reuniões da Comissão de Finanças.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro

Vice-Presidente: Adalberto Sena

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Dinarte Mariz	Paulo Tôrres
Eurico Rezende	Luiz Cavalcanti
Cattete Pinheiro	Filinto Müller
Benedito Ferreira	Waldemar Alcântara
Ozires Teixeira	José Lindoso
Fernando Corrêa	
Saldanha Derzi	
Heitor Dias	
Antônio Fernandes	
Emíval Calado	

MDB

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânia Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

ARENA

TITULARES

Magalhães Pinto
Vasconcelos Torres
Wilson Campos
Jessé Freire
Augusto Franco
Orlando Zancaner
Paulo Guerra
Milton Cabral
Helvídio Nunes
José Lindoso

SUPLENTES

Domicio Gondim
Milton Campos
Geraldo Mesquita
Flávio Brito
Leandro Maciel

MDB

Amaral Peixoto

Franco Montoro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema
Vice-Presidente: João Calmon

ARENA

TITULARES

Gustavo Capanema
João Calmon
Tarso Dutra
Geraldo Mesquita
Cattete Pinheiro
Milton Trindade

SUPLENTES

Arnon de Mello
Helvídio Nunes
José Sarney

MDB

Benjamin Farah

Adalberto Sena

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas
Vice-Presidente: Virgílio Távora

ARENA

TITULARES

João Cleofas
Carvalho Pinto
Virgílio Távora
Wilson Gonçalves
Matos Leão
Tarso Dutra
Celso Ramos
Lourival Batista
Saldanha Derzi
Geraldo Mesquita
Alexandre Costa
Fausto Castello-Branço
Ruy Santos
Jessé Freire

SUPLENTES

Cattete Pinheiro
Antônio Carlos
Daniel Krieger
Milton Trindade
Dinarte Mariz
Emival Caiado
Flávio Brito
Eurico Rezende

MDB

Nelson Carneiro

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro
Vice-Presidente: Heitor Dias

ARENA

TITULARES

Heitor Dias
Domicio Gondim
Paulo Tôrres
Benedito Ferreira
Eurico Rezende
Orlando Zancaner

SUPLENTES

Wilson Campos
Acioly Filho
José Esteves

MDB

Franco Montoro

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Benjamin Farah

ARENA

TITULARES

Arnon de Mello
Luiz Cavalcanti
Leandro Maciel
Milton Trindade
Domício Gondim
Orlando Zancaner

SUPLENTES

Paulo Guerra
Antônio Fernandes
José Guiomard

MDB

Benjamin Farah

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Emival Caiado

ARENA

TITULARES

Antônio Carlos
José Lindoso
Fálinto Müller
Emival Caiado

SUPLENTES

Cattete Pinheiro
Wilson Gonçalves

MDB

Danton Jobim

Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões anexa ao Plenário.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
Wilson Gonçalves
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Antônio Carlos
Arnon de Mello
Magalhães Pinto
Saldanha Derzi
Acioly Filho
José Sarney
Lourival Batista
João Calmon

Milton Cabral
Fausto Castello-Branco
Augusto Franco
José Lindoso
Ruy Santos
Cattete Pinheiro
Jessé Freire

MDB

Franco Montoro
Danton Jobim
Nelson Carneiro

Amaral Peixoto

Secretário: Afrânia Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

ARENA

TITULARES

Fernando Corrêa
Fausto Castello-Branco
Cattete Pinheiro
Lourival Batista
Ruy Santos
Waldemar Alcântara

Saldanha Derzi
Wilson Campos
Celso Ramos

MDB

Adalberto Sena Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314:

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Luiz Cavalcanti

ARENA

TITULARES

Paulo Tôrres
Luiz Cavalcanti
Virgílio Távora
José Guiomard
Flávio Brito
Vasconcelos Torres

Milton Trindade
Alexandre Costa
Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: terças-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

ARENA

TITULARES

Tarso Dutra
Augusto Franco
Celso Ramos
Ozires Teixeira
Heitor Dias
Jessé Freire

SUPLENTES

Magalhães Pinto
Gustavo Capanema
Paulo Guerra

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

ARENA

TITULARES

Leandro Maciel
Alexandre Costa
Luiz Cavalcanti
Milton Cabral
Geraldo Mesquita
José Esteves

SUPLENTES

Dinarte Mariz
Benedito Ferreira
Virgílio Távora

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito.

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo.

Telefone: 43-6677 — Ramal 303.

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.

2) Comissões Temporárias para apreciação de vetos.

3) Comissões Especiais e de Inquérito.

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (Art. 90 do Regimento Comum).

**Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20